

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M MESTRADO
AUDITORIA

O Impacto da Auditoria nas Pequenas e Médias Empresas

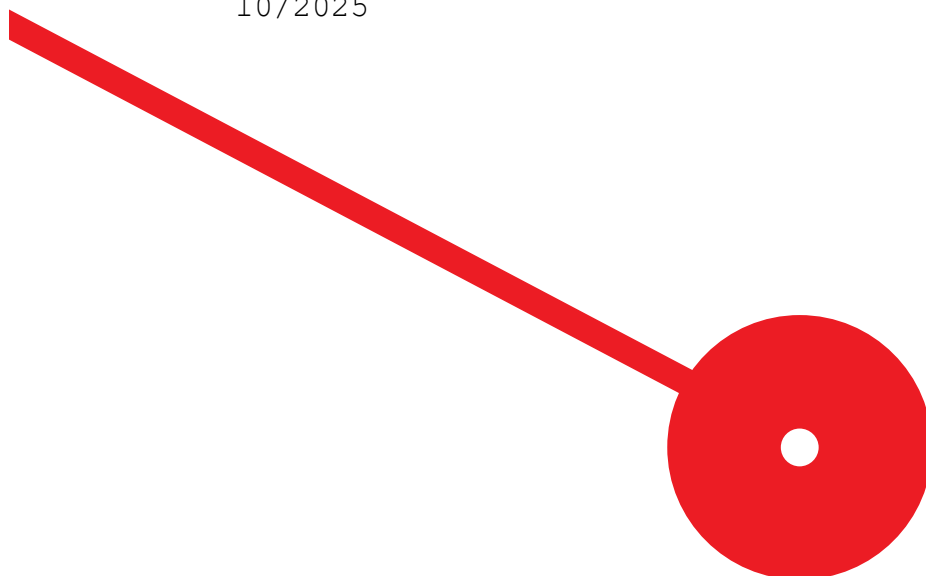
João Pedro Oliva Moreira

Versão Final

Esta versão contém as críticas e as sugestões
dos elementos do júri

10/2025

João Pedro Oliva Moreira. O impacto da auditoria nas pequenas
e médias empresas
10/2025



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

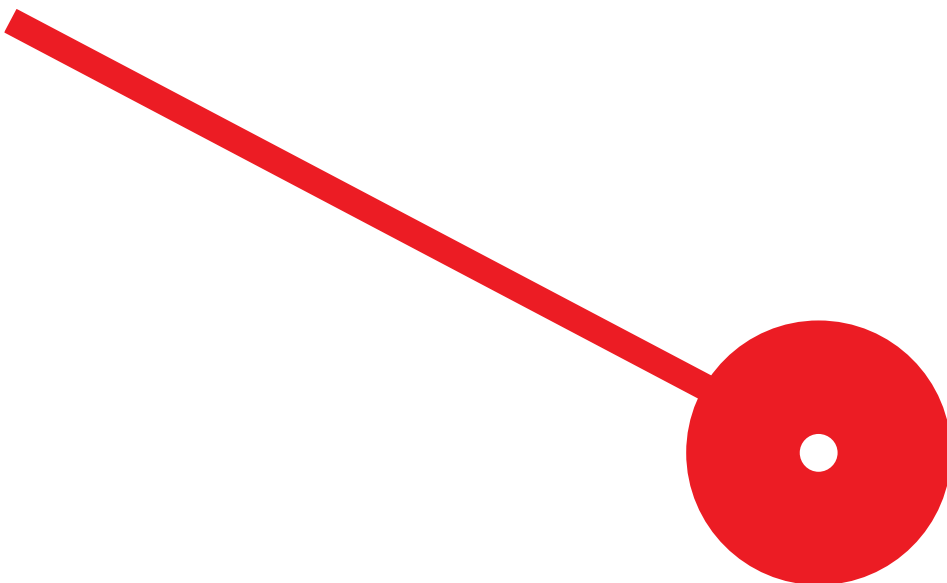
M MESTRADO
AUDITORIA

O Impacto da Auditoria nas Pequenas e Médias Empresas

João Pedro Oliva Moreira

**Relatório de Estágio
apresentado ao Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto para a
obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob
orientação da Professora Doutora Alcina Augusta
de Sena Portugal Dias.**

João Pedro Oliva Moreira. O impacto da
auditoria nas pequenas e médias empresas
10/2025



Agradecimentos

Expresso o meu sincero agradecimento à Dra. Teresa Soares, à Dr. Maria Piedade Vaz, ao Dr. João Trigo de Moraes Dr. Rui Martins, ao Dr. Tiago Vale e a toda a restante equipa, pelo conhecimento partilhado, pela disponibilidade em transmitir experiências valiosas, pela oportunidade, apoio e acolhimento durante o processo de integração, bem como pelas orientações e sugestões que contribuíram para o bom desempenho das atividades desenvolvidas ao longo deste trabalho.

Manifesto a minha sincera gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Alcina Augusta de Sena Portugal Dias, pela orientação rigorosa e atenciosa, pela disponibilidade constante e pelo apoio prestado ao longo de todo o percurso do Mestrado e na concretização deste trabalho final. A sua dedicação, confiança e partilha de saberes foram essenciais para o êxito desta etapa e contribuíram de forma significativa para o meu crescimento académico e profissional.

Quero agradecer muito aos meus pais, por todo o amor, por sempre me apoiarem ao longo da minha vida, por sempre confiarem em mim e nunca me deixarem desistir dos meus objetivos. Sou um sortudo por vos ter como meus pais, os melhores do mundo.

Um agradecimento com muito amor à Miriam, por ter sido a voz da razão, por todas as palavras de motivação quando eu já não queria acreditar que ia ser possível terminar esta etapa. Amo-te muito meu amor.

A todos que têm um impacto na minha vida, um eterno obrigado.

Resumo

As pequenas e médias empresas representam a base do tecido empresarial português, sendo responsáveis por grande parte do emprego e da criação de valor acrescentado. A sua relevância económica torna essencial a existência de mecanismos que assegurem transparência, credibilidade e rigor na informação financeira — objetivos centrais da auditoria.

A auditoria oferece múltiplas vantagens às pequenas e médias empresas, nomeadamente o reforço do controlo interno, a melhoria da gestão financeira, o aumento da confiança de investidores e instituições de crédito e a prevenção de erros ou fraudes. No entanto, este processo também apresenta desafios significativos, como os custos associados à contratação de auditores externos, a escassez de recursos humanos especializados e a falta de literacia financeira que, por vezes, limita a compreensão e valorização dos benefícios da auditoria.

A inteligência artificial tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na área da auditoria, revolucionando os métodos tradicionais através da automatização de processos, da capacidade de analisar grandes quantidades de dados e da deteção de padrões irregulares. Esta transformação tecnológica tem permitido realizar os trabalhos de auditoria de forma mais eficiente, rigorosa e célere, constituindo uma oportunidade significativa de modernização tanto para as empresas como para a própria prática da auditoria.

Ao longo do estágio foi possível observar que a auditoria, não passa apenas por uma simples certificação, mas sim um verdadeiro apoio para as empresas atingirem os seus objetivos.

Palavras-Chave: Pequenas e médias empresas; Auditoria; Transparência; Inteligência Artificial

Abstract

Small and medium-sized enterprises represent the backbone of the Portuguese business community, accounting for a large proportion of employment and value added. Their economic importance makes it essential to have mechanisms in place to ensure transparency, credibility and accuracy in financial reporting — key objectives of auditing.

Auditing offers multiple advantages to small and medium-sized enterprises, namely the strengthening of internal control, the improvement of financial management, increased confidence among investors and credit institutions, and the prevention of errors or fraud. However, this process also presents significant challenges, such as the costs associated with hiring external auditors, the shortage of specialised human resources, and the lack of financial literacy, which sometimes limits the understanding and appreciation of the benefits of auditing.

Artificial intelligence has been playing an increasingly important role in the field of auditing, revolutionising traditional methods through process automation, the ability to analyse large amounts of data, and the detection of irregular patterns.

This technological transformation has enabled audit work to be carried out more efficiently, rigorously and quickly, providing a significant opportunity for modernisation both for companies and for the practice of auditing itself.

Throughout the internship, it was possible to observe that auditing is not just a simple certification process, but rather a real support for companies to achieve their objectives.

Keywords: Small Medium Enterprises; Auditing; Transparency; Artificial Intelligence

Índice geral

Capítulo - Introdução	1
Capítulo I – Revisão de Literatura	3
1.1 O impacto das pequenas e médias empresas no tecido empresarial	4
1.2 A auditoria nas pequenas e médias empresas	7
1.3 Inteligência Artificial	9
1.4 Principais desafios	9
1.5 Questões de Investigação	10
Capítulo II – Metodologia de Investigação	11
2.1 Abordagem Qualitativa.....	12
2.2 Abordagem Quantitativa.....	12
2.3 Metodologia Escolhida	13
2.4 Objetivo da metodologia escolhida.....	13
Capítulo III – Descrição do Estágio	15
3.1 Caracterização da entidade de acolhimento	16
3.2 Software utilizado ao longo do estágio	17
3.3 Testes e procedimentos efetuados.....	21
Conclusão.....	37
Limitações do Estudo.....	40
Pistas para investigação futura.....	40
Referências bibliográficas	41
Diretivas e Decretos	44
Anexo	46

Índice de Tabelas

Quadro 1: Questões de Investigação	10
--	----

Índice de Figuras

Figura 1: Aserções	14
Figura 2: Pasta de Arquivo Geral (AG).....	18
Figura 3: Pasta Arquivo Corrente (AC).....	19
Figura 4: Pasta Arquivo Permanente (AP)	20
Figura 5: Papel de Trabalho.....	22
Figura 6: Lançamento Contabilístico	22
Figura 7: Tickmarks	23
Figura 8: IVA Liquidado	29
Figura 9: IVA Dedutível.....	30
Figura 10: Recálculo CMVMC	35
Figura 11: Recálculo dos Produtos e Trabalhos em Curso.....	35

Lista de abreviaturas

AC - Arquivo Corrente

AFT - Ativos Fixos Tangíveis

AG - Arquivo Geral

AP - Arquivo Permanente

AT - Autoridade Tributária

CE - Comissão Europeia

CLC – Certificação Legal das Contas

CMVMC - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

DMR - Declarações Mensais de Remunerações

FSE - Fornecimentos e Serviços Externos

HLB SVTM - Santos Vaz, Trigo de Moraes

IA - Inteligência Artificial

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IES - Informação Empresarial Simplificada

IFRS - Normas Internacionais de Relato Financeiro

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

IRC - Imposto Sobre Rendimentos Coletivos

IRS - Imposto Sobre Rendimentos Singulares

IUC - Imposto Único de Circulação

OBS - Outros Bens e Serviços

PAPC - Pagamentos Adicionais por Conta

PIB - Produto Interno Bruto

PpC - Pagamentos por Conta

PMEs - Pequenas e Médias Empresas

SAF-T - Standard Audit File For Tax Purposes

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

TSU - Taxa Social Única

VN - Volume de Negócios

UE - União Europeia

CAPÍTULO - INTRODUÇÃO

As pequenas e médias empresas (PMEs) desempenham um papel crucial no tecido empresarial de qualquer país, sendo responsáveis pela geração de empregos, estímulo ao empreendedorismo, desenvolvimento regional e contribuição significativa para o Produto Interno Bruto (PIB). Essas empresas não apenas promovem a diversificação económica e a inovação, mas também são motores essenciais para a redução das desigualdades sociais e regionais, ao fortalecer as economias locais e ao promover uma maior resiliência económica.

No entanto, para garantir a sua sustentabilidade e competitividade no mercado, as PMEs enfrentam a necessidade de adotar práticas de gestão financeira transparentes e eficazes, muitas vezes auxiliadas por auditorias independentes. A auditoria, ao validar a conformidade legal e a qualidade das demonstrações financeiras, não só aumenta a credibilidade dessas empresas perante investidores e parceiros comerciais, mas também identifica áreas para melhoria e otimização de processos internos. Apesar da sua relevância, a auditoria apresenta desafios para as PMEs, como os custos envolvidos, a complexidade dos processos e a adequação aos requisitos legais e regulamentares.

Este relatório de estágio tem como objetivo explorar a importância das PMEs no contexto empresarial, destacar o impacto positivo das auditorias para o fortalecimento e crescimento dessas empresas e analisar os principais desafios que enfrentam para implementar o processo da auditoria, proporcionando uma visão abrangente sobre a sua contribuição para a economia, assim como a emergência da inteligência artificial.

Este trabalho, concretizado no decurso e consequente ao estágio realizado numa Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, está dividido em três capítulos: Revisão de Literatura, Metodologias e Relatório de Estágio. No capítulo I, foram consideradas as PMEs, o seu enquadramento no contexto de auditoria e alguns desafios encontrados. O capítulo II, é referente à Metodologia, onde é definido o método de trabalho que irá ser utilizado. No capítulo III irá ser retratada a descrição do estágio, aprofundando relativamente às tarefas realizadas no decorrer do mesmo.

CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA

1.1 O impacto das pequenas e médias empresas no tecido empresarial

O conceito de PME não possui uma definição consensual, já que existem diversos critérios para classificá-las como micro, pequenas ou médias empresas. No contexto português, destacam-se os critérios definidos pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e pela Comissão Europeia (CE). Os critérios utilizados por estas três entidades apresentam pontos em comum, sendo todos baseados no número de efetivos, no volume de negócios (VN) total e no total do ativo.

Adicionalmente, tanto o IAPMEI como a CE consideram o número de efetivos como o critério principal, devendo este ser combinado com pelo menos um dos outros dois indicadores (VN ou total do ativo). Assim, um dos três critérios pode não ser considerado para fins de classificação. Além disso, para que uma empresa adquira ou perca o estatuto de micro, pequena ou média empresa, é necessário que os limites estabelecidos sejam ultrapassados ou não atingidos em dois exercícios consecutivos.

No que se refere à classificação das PME, a CE baseia-se na Recomendação 2003/361/CE, de 6 de maio de 2003. Por sua vez, o IAPMEI utiliza os critérios definidos no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 372/2007 de 6 de novembro, que remete diretamente para a mesma Recomendação 2003/361/CE da CE.

Critérios segundo a CE e o IAPMEI:

a) Micro

- VN: < 2 (Milhões de euros)
- Total do Ativo: < 2 (Milhões de euros)
- Número de efetivos: < 10

b) Pequena

- VN: < 10 (Milhões de euros)
- Total do Ativo: < 10 (Milhões de euros)
- Número de efetivos: < 50

c) Média

- VN: < 50 (Milhões de euros)

- Total do Ativo: < 43 (Milhões de euros)
- Número de efetivos: < 250

A Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que regula as demonstrações financeiras anuais, consolidadas e os relatórios associados, foi incorporada na legislação portuguesa a 2 de junho de 2015, através do Decreto-Lei n.º 98/2015. Como resultado, o SNC passou a definir a classificação das empresas como PME com base no artigo 9.º do capítulo dois, do referido Decreto-Lei.

Critérios segundo o SNC:

a) Micro

- VN: < 0,7 (Milhões de euros)
- Total do Ativo: < 0,35 (Milhões de euros)
- Número de efetivos: < 10

b) Pequena

- VN: < 8 (Milhões de euros)
- Total do Ativo: < 4 (Milhões de euros)
- Número de efetivos: < 50

c) Média

- VN: < 40 (Milhões de euros)
- Total do Ativo: < 20 (Milhões de euros)
- Número de efetivos: < 250

Ao comparar os critérios utilizados para classificar empresas como PME, observa-se que há diferenças nos limites estabelecidos para o volume de negócios e o total do ativo. Esses limites são sempre mais restritivos no SNC em comparação com a CE e o IAPMEI. Além disso, enquanto a CE e o IAPMEI dão preferência ao número de efetivos como critério principal, o SNC trata os três critérios – número de efetivos, volume de negócios e total do ativo – como igualmente importantes.

Conforme defende Krishnan (2019), as pequenas e médias empresas são, indiscutivelmente, os maiores geradores de emprego em grande parte dos países, desempenhando um papel essencial na absorção da força de trabalho. Elas criam oportunidades de emprego numa ampla gama de setores, como comércio, serviços, agricultura e tecnologia. Um dos grandes fatores diferenciadores das PME's é a capacidade de estarem presentes em locais onde as grandes empresas dificilmente chegam, como pequenas cidades, áreas rurais e periferias urbanas.

Esse alcance permite que as PME's contribuam para a inclusão social, ao empregar pessoas com diferentes níveis de qualificação e experiência, como jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores com menor qualificação formal e profissionais que estão a voltar ao mercado de trabalho após um período de afastamento. Além disso, as PME's possuem uma grande capacidade de crescimento. Pequenas empresas que iniciam com poucos funcionários frequentemente se expandem ao longo do tempo, aumentando significativamente a oferta de postos de trabalho, fortalecendo a economia local e nacional (Matlay et al., 2006).

Segundo Agostinho (2016), as pequenas e médias empresas, embora sejam menores em tamanho, têm uma importância macroeconómica considerável devido à sua enorme quantidade e à diversidade de setores nos quais atuam. Em conjunto, as PME's formam uma base sólida da economia e desempenham um papel estratégico na geração de riqueza nacional.

Elas contribuem significativamente para o PIB ao oferecer bens e serviços tanto para consumidores finais como para grandes empresas. Muitas entidades dependem das PME's como fornecedoras nas suas cadeias produtivas, o que demonstra a interdependência entre diferentes escalas de negócios. Além disso, as PME's são essenciais para a estabilidade económica porque a sua diversificação setorial reduz a vulnerabilidade a crises em mercados específicos (Beck & Levine, 2005).

As pequenas e médias empresas têm um papel vital na promoção da inovação, pois, diferentemente das grandes entidades, possuem maior flexibilidade para implementar novas ideias e testar soluções criativas. A sua estrutura concisa permite que decisões sejam tomadas de forma ágil, de forma a facilitar a adaptação às rápidas mudanças do mercado, tendo-se virado cada vez mais para o setor tecnológico (Agostinho, 2016).

1.2 A auditoria nas pequenas e médias empresas

Segundo Antunes (2021), a auditoria consiste na recolha e avaliação de informações de natureza financeira, contabilística, operacional e legal, com o objetivo de verificar a sua conformidade com critérios previamente estabelecidos. No caso da auditoria financeira, a sua principal responsabilidade é assegurar que as demonstrações financeiras das entidades refletem de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial e económico-financeira das empresas. Dessa forma, garante-se a credibilidade da informação apresentada aos acionistas, investidores, credores e ao mercado em geral, em conformidade com o quadro contabilístico em vigor.

Devido aos vários escândalos financeiros ocorridos a nível global, a auditoria e a implementação de sistemas de controlo interno tornaram-se cada vez mais essenciais para o sucesso das empresas. De acordo com Xie e Zhang (2022), a auditoria financeira desempenha um papel crucial no controlo governamental e na supervisão dos riscos do sistema financeiro, contribuindo para a sua estabilidade e reforçando a confiança no mercado.

Em muitos países, a legislação exige que as empresas sejam auditadas quando atingem determinados critérios, como total das vendas líquidas, número de funcionários ou total do balanço. No caso de Portugal, todas as sociedades anónimas estão sujeitas a certificação legal das contas e de acordo com o artigo 262º, nº2 do Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro), as sociedades por quotas ficam obrigadas a revisão legal das contas, se durante dois anos consecutivos, ultrapassarem dois dos seguintes limites:

- a) Total de balanço: 1 500 000 euros
- b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3 000 000 euros
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50

Essa exigência existe para proteger os interesses de *stakeholders*, como acionistas, credores, funcionários e consumidores. Mesmo para aquelas empresas que não são obrigadas por lei, muitas PMEs optam pela auditoria voluntária para atender normas específicas de alguns setores ou mercados onde atuam.

As demonstrações financeiras auditadas são frequentemente exigidas por bancos e investidores antes de conceder crédito ou realizar aumentos de capital. A auditoria funciona como uma garantia de que as informações financeiras da empresa são confiáveis e refletem fielmente a sua real situação económica. Isso contribui para uma maior segurança dos credores e investidores (Changwony & Kyiu, 2024; Palazuelos et al., 2018).

A auditoria aumenta a transparência das operações empresariais, um fator especialmente importante para PMEs que desejam fortalecer a sua reputação no mercado. Empresas que demonstram ser financeiramente transparentes conseguem estabelecer relações de confiança com fornecedores, clientes e parceiros de negócios (Changwony & Kyiu, 2024).

A auditoria não analisa apenas os números financeiros da empresa, mas também avalia a eficiência dos processos internos e dos controlos administrativos. Isso ajuda os gestores a identificar áreas de melhoria, corrigir falhas operacionais e tomar decisões mais informadas sobre o futuro do negócio (Tien & Thanh, 2023).

De referir também que a auditoria é uma ferramenta fundamental para identificar fraudes, desvios ou práticas financeiras irregulares dentro da empresa. Ao apontar possíveis problemas, ela protege os gestores e proprietários de prejuízos financeiros e de complicações legais que possam surgir (Ha & Nguyen, 2020).

De acordo com Rikhardsson et al. (2022), a relação entre inteligência artificial (IA) e auditoria nas pequenas e médias empresas está a tornar-se cada vez mais relevante, ao trazer impactos significativos para a profissão. De acordo com este estudo, os auditores acreditam que a IA trará melhorias substanciais na produtividade e na qualidade do trabalho, além de reduzir custos e tornar o processo de auditoria mais eficiente. A expectativa é de que o uso de IA se torne obrigatório no futuro das firmas de auditoria. Entre as principais aplicações da IA no setor, destacam-se a automação de tarefas repetitivas e a melhoria na análise de dados financeiros. A tecnologia pode ser usada para avaliar o risco de transações individuais, identificando automaticamente padrões suspeitos e possíveis fraudes. Outra aplicação importante é a automação de cartas de confirmação de saldos, reduzindo o tempo e o esforço dos auditores neste processo.

1.3 Inteligência Artificial

No entanto, Rikhardsson et al. (2022), defendem que a implementação da IA na auditoria enfrenta desafios, como a necessidade da formação dos auditores para o uso da tecnologia e o alto custo inicial para pequenas empresas. Outro ponto de atenção é a possível concentração do mercado, já que grandes firmas de auditoria, como as "*Big Four*", estão a investir fortemente em inteligência artificial, o que pode dificultar a competitividade das empresas menores.

1.4 Principais desafios

Segundo Ha & Nguyen (2020), um dos principais desafios enfrentados pelas PMEs é o custo associado ao processo de auditoria. Contratar uma firma de auditoria, especialmente de renome, pode ser financeiramente oneroso para empresas que operam com margens de lucro apertadas ou possuem recursos limitados. Esses custos incluem não apenas o pagamento pelos serviços dos auditores, mas também despesas indiretas, como o tempo e os esforços da equipa interna para atender às necessidades dos auditores. Isso acaba por limitar a capacidade da empresa de investir em outras áreas prioritárias, como expansão de mercado, inovação ou melhorias operacionais.

De acordo com Kelly et al. (2023), outra barreira comum é a falta de conhecimento técnico e preparação interna para atender às exigências de uma auditoria. Muitas PMEs não possuem equipas financeiras robustas ou profissionais especializados em normas de contabilidade e fiscais, como as IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro) ou outras normas aplicáveis. Esta carência pode levar a erros nos registos financeiros, falta de organização nos documentos ou dificuldades em fornecer informações completas e precisas aos auditores. Como resultado, o processo de auditoria pode ser mais demorado e dispendioso.

Muitos proprietários de PMEs podem não reconhecer a importância da auditoria, especialmente quando não há exigência legal para a sua realização. A falta de

entendimento sobre os benefícios que a auditoria proporciona pode resultar em resistência à contratação desse serviço (Kelly et al., 2023).

1.5 Questões de Investigação

Com base na revisão de literatura e na análise das contribuições de diversos autores, foram formuladas as questões de investigação apresentadas no Quadro 1. O objetivo é responder a essas questões ao longo do estágio.

Quadro 1: Questões de Investigação

Questões de Investigação	Autores que as sugeriram
1 O acesso ao crédito é facilitado através da auditoria?	(Changwony & Kyiu, 2024; Palazuelos et al., 2018)
2 Qual o impacto no controlo interno das PMEs?	(Tien & Thanh, 2023)
3 Qual a probabilidade do acontecimento de fraude?	(Ha & Nguyen, 2020)
4 A IA melhora a eficiência do trabalho de auditoria?	(Rikhardsson et al. 2022)
5 Os benefícios da auditoria sobrepõem-se aos custos associados?	(Kelly et al., 2023)

Fonte: Elaboração própria

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Após a revisão de literatura, os investigadores devem determinar a abordagem mais adequada para aprofundar os seus temas de estudo. A escolha da metodologia deve estar alinhada com os objetivos estabelecidos, garantindo assim uma resposta eficaz ao problema da pesquisa. As técnicas metodológicas podem seguir duas abordagens principais: quantitativa ou qualitativa.

2.1 Abordagem Qualitativa

A abordagem qualitativa recorre a diversos métodos de recolha de informação, como entrevistas e discussões em grupo, de forma a permitir uma compreensão mais aprofundada do que seria possível apenas com dados quantitativos. Esse tipo de análise contribui para a interpretação de fenómenos sociais nos seus contextos naturais, destacando significados, experiências e perceções dos participantes, conforme apontado por Kandel (2020).

Além de proporcionar uma grande flexibilidade na investigação, a análise qualitativa demonstra uma elevada capacidade de resposta aos problemas da pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de entrevistas, notas de campo, diários e observações. Este processo exige um cuidado minucioso na definição das questões de investigação, bem como na recolha, análise, explicação, avaliação e interpretação dos dados. Por isso, manter o rigor e a qualidade da investigação é essencial, como ressalta Nassaji (2020).

2.2 Abordagem Quantitativa

De acordo com Taherdoost (2022), a investigação quantitativa baseia-se na utilização de valores numéricos obtidos a partir de análises para descrever e explicar fenómenos, permitindo responder às questões da pesquisa.

Este método é caracterizado pela sua precisão e exatidão, possibilitando a criação de gráficos e tabelas que facilitam a interpretação dos resultados. Para garantir uma maior fiabilidade, a análise quantitativa deve ser conduzida com uma amostra significativa. A recolha de dados pode ser realizada por meio de diversos instrumentos, como inquéritos, experiências, testes ou questionários, conforme mencionado por Ahmad et al. (2019).

2.3 Metodologia Escolhida

Para este Relatório de Estágio, optou-se por uma metodologia mista, combinando tanto a análise qualitativa quanto a quantitativa, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais aprofundada do estudo.

Será dado mais ênfase à análise qualitativa, permitindo responder de forma mais precisa às questões de investigação do caso de estudo. Esta abordagem consistirá na observação qualitativa ao longo da execução das tarefas do estágio, incluindo a análise documental e outros procedimentos essenciais para a interpretação dos dados.

A análise qualitativa desempenha um papel fundamental no trabalho de auditoria, pois envolve a troca contínua de ideias e a formulação de questões entre a entidade auditada e a equipa de auditoria, contribuindo para o esclarecimento de diferentes aspetos em análise.

Conforme indicado por Busetto et al. (2020), as observações qualitativas podem ser participantes ou não participantes, dependendo do grau de envolvimento do observador no contexto. Este método não só reduz a distância entre o investigador e o objeto de estudo, mas também possibilita a descoberta de temas relevantes ainda não identificados, além de permitir uma compreensão mais profunda das reais dimensões do problema de investigação.

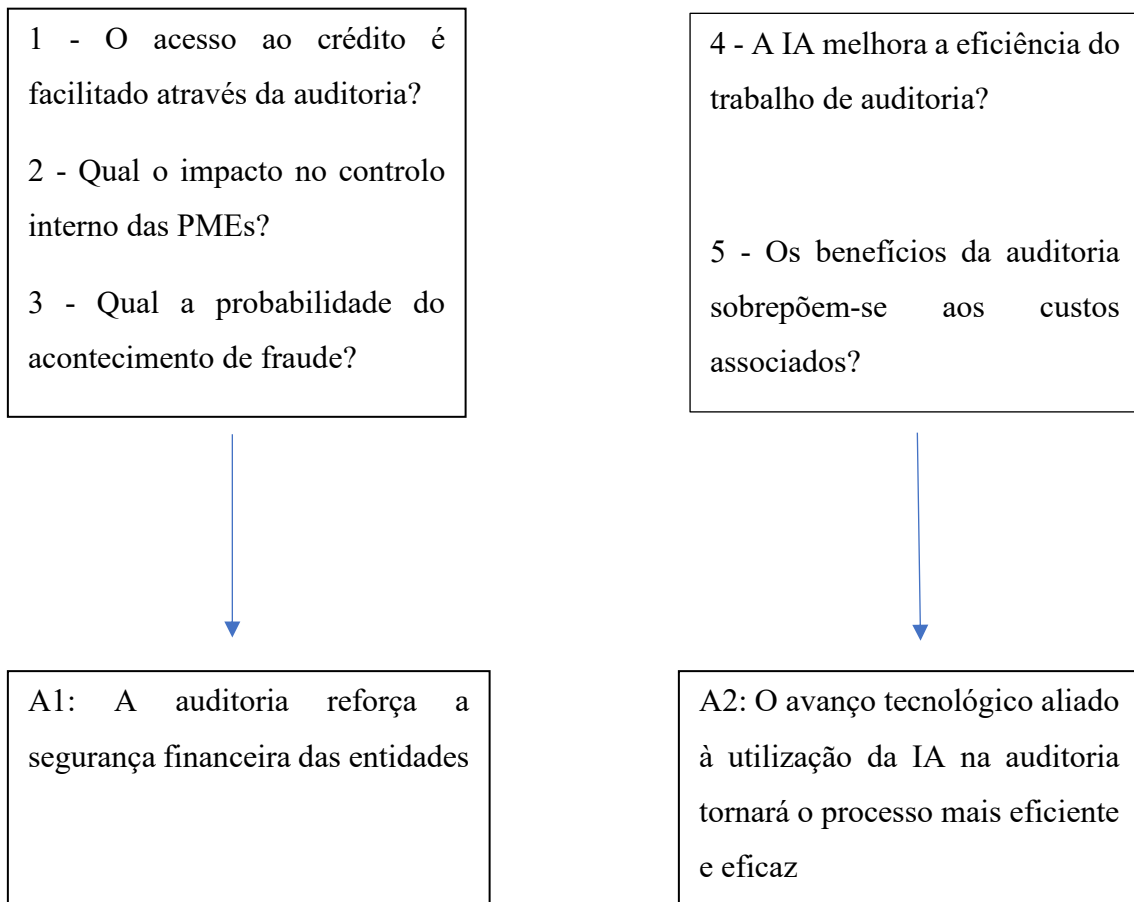
Neste caso, a observação vai ser participante, visto que se vai abordar o que irá ser realizado em estágio.

O método quantitativo também será aplicado ao longo do estágio, integrando os procedimentos de auditoria essenciais para a realização das tarefas nas diferentes empresas. Durante a fase de Prova de Auditoria, serão conduzidos vários testes com o objetivo de avaliar diferentes rubricas, como por exemplo o recálculo das depreciações ou a comparação de saldos entre contabilidade e extratos bancários.

2.4 Objetivo da metodologia escolhida

Trata-se de analisar até que ponto as questões de investigação mencionadas no final da revisão da literatura encontram resposta ou não através da realização do estágio. Em suma de uma forma mais sintética iremos tentar confirmar as seguintes asserções:

Figura 1: Asserções



Fonte: Elaboração própria

Estas duas Asserções de análise irão ser respondidas na parte final do presente trabalho após a descrição do estágio realizado e se ter a perceção de como este ajudou a confirmar ou não essas Asserções.

CAPÍTULO III – DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO

3.1 Caracterização da entidade de acolhimento

A HLB SVTM foi criada em 1997 por dois revisores oficiais de contas e é uma sociedade por quotas com sede na cidade do Porto. Conta com uma carteira de clientes tanto a nível local como nacional.

Atualmente, a empresa é composta por cinco sócios com formações diversas, o que permite oferecer serviços de elevada qualidade em várias áreas. O esforço contínuo e o compromisso de toda a equipa têm sido fundamentais para o crescimento e consolidação da empresa, que ganhou o reconhecimento dos seus clientes. Este reconhecimento contribuiu para que a HLB SVTM se afirmasse como uma das principais firmas de auditoria de média dimensão em Portugal.

A HLB SVTM destaca-se pela proximidade com os seus clientes, o que facilita um conhecimento aprofundado das suas atividades e permite uma execução mais eficiente dos trabalhos de auditoria.

A HLB SVTM conta com uma carteira de aproximadamente 300 clientes, abrangendo uma grande variedade de setores, desde entidades públicas e privadas até organizações sem fins lucrativos. Estes clientes estão localizados em todo o território nacional, incluindo as regiões autónomas, o que proporciona à empresa a oportunidade de atuar em múltiplas áreas de negócio e adquirir experiência em diferentes contextos e realidades.

Desde 2018, a HLB SVTM integra a HLB em Portugal, uma rede internacional de empresas independentes nas áreas de contabilidade, auditoria e consultoria, fundada em 1969. A HLB destaca-se pelo seu compromisso com a inovação, pela forte colaboração entre os seus membros e pela dedicação ao sucesso dos clientes. Atualmente, a rede conta com mais de 40.000 profissionais distribuídos por 156 países. Esta presença global, aliada a uma forte ligação às comunidades locais, permite que os membros da HLB estejam profundamente enraizados nas realidades regionais, ao mesmo tempo que mantêm uma conexão contínua com especialistas em todo o mundo.

A HLB tem como visão posicionar-se como uma marca inovadora e competitiva entre as redes intermédias. A rede mantém uma ambição constante de alcançar resultados cada vez melhores, investindo no crescimento e no reforço da sua presença no mercado, sempre alinhada com a sua missão de gerar um impacto positivo e duradouro nos clientes,

nas equipas e nas comunidades. Em 2024, a HLB registou um crescimento de 9%, alcançando um volume de faturação próximo dos 6 mil milhões de euros.

A entrada da HLB SVTM na rede HLB revelou-se extremamente benéfica, permitindo uma partilha contínua de conhecimentos e metodologias. Esta colaboração tem contribuído para reforçar a visibilidade da empresa no mercado, impulsionando o seu desenvolvimento e reconhecimento a nível nacional e internacional.

3.2 Software utilizado ao longo do estágio

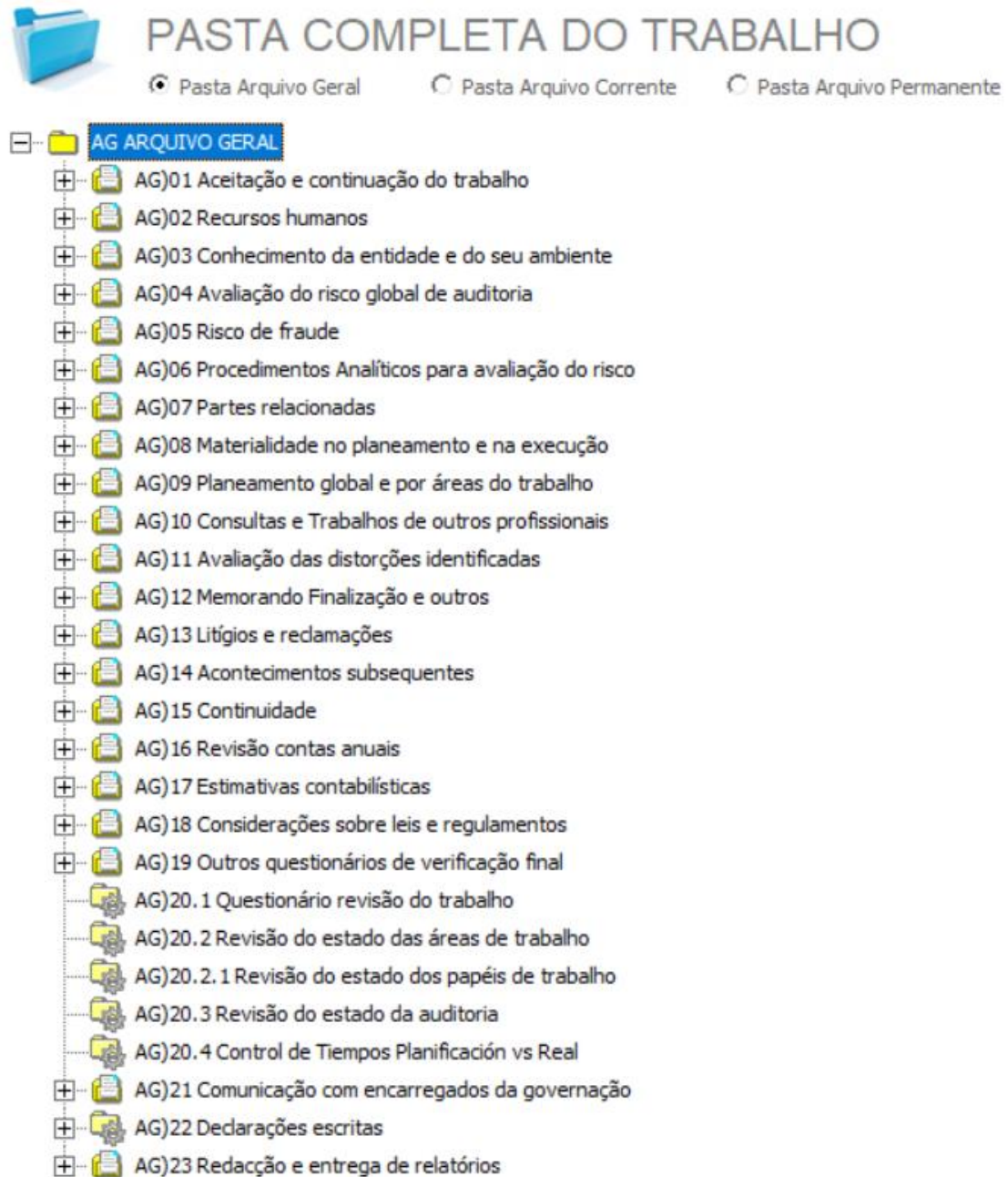
O software utilizado pela SVTM para a realização dos trabalhos de auditoria é o *ASD Auditor*, uma plataforma que oferece diversas funcionalidades pensadas para aumentar a eficiência do trabalho, garantir a conformidade com as Normas Internacionais de Gestão da Qualidade, permitir o acesso remoto e adaptar-se às necessidades específicas da empresa.

Uma das principais vantagens desta ferramenta é a possibilidade de armazenar os dossiês de auditoria em formato digital. O *ASD Auditor* organiza esses arquivos em três categorias distintas: “Pasta Arquivo Geral”, “Pasta Arquivo Corrente” e “Pasta Arquivo Permanente”.

Na Pasta Arquivo Geral, encontram-se diversos papéis de trabalho fundamentais. Por exemplo, o ficheiro “AG)03 - Conhecimento da entidade e do seu ambiente” inclui documentos como “AG)03.1 - Documentos e informações a preparar pelo cliente” e “AG)03.3 - Questionários para a identificação das fontes de risco”. Já o ficheiro “AG)16 - Revisão Contas Anuais” contém as demonstrações financeiras, respetivos anexos e os questionários necessários para a revisão dessa informação.

Este sistema contribui significativamente para a organização e sistematização do trabalho de auditoria, de forma a promover maior clareza e rigor em cada etapa do processo.

Figura 2: Pasta de Arquivo Geral (AG)

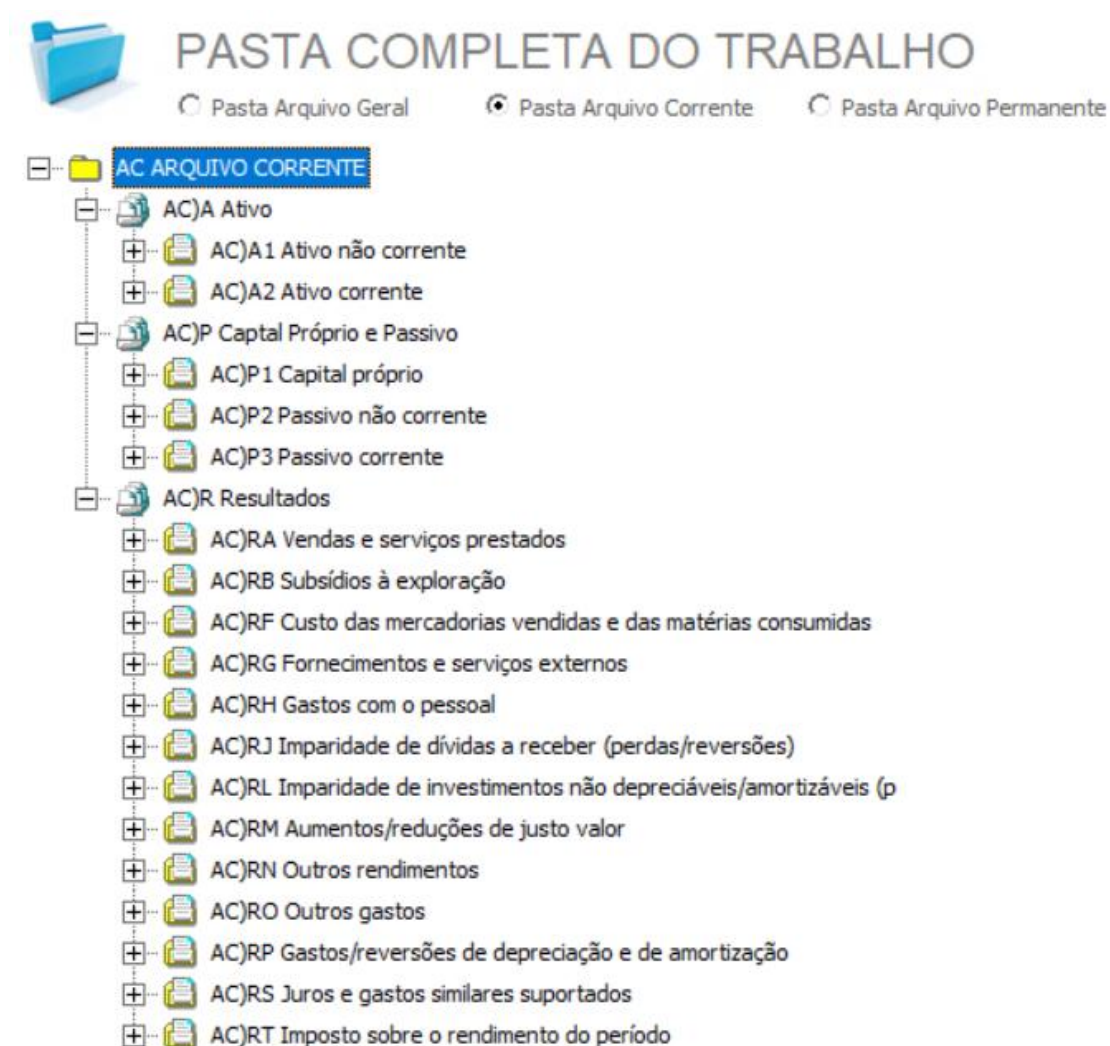


Fonte: ASD Auditor

O “Arquivo Corrente” reúne todos os documentos referentes ao trabalho realizado durante um determinado período de auditoria. Este arquivo está organizado pelas diversas rubricas que compõem o Balanço e a Demonstração de Resultados, conforme ilustrado na Figura 3.

É neste espaço que se inserem os documentos que sustentam os testes efetuados ao longo da auditoria, servindo como evidência do trabalho desenvolvido e garantindo o cumprimento dos procedimentos e normas aplicáveis. Esta estrutura facilita a consulta e o acompanhamento do progresso do trabalho realizado, assegurando a rastreabilidade e a coerência da informação analisada.

Figura 3: Pasta Arquivo Corrente (AC)



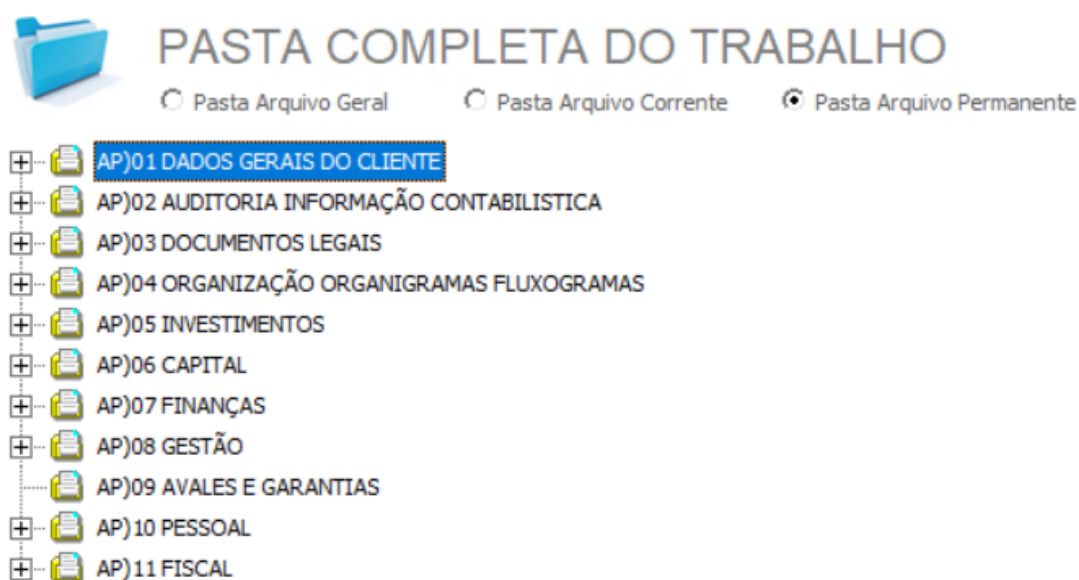
Fonte: ASD Auditor

Por fim, a “Pasta Arquivo Permanente” reúne toda a informação relevante que poderá ser útil em auditorias futuras, contendo dados essenciais e duradouros sobre os

clientes. Este arquivo é sujeito a uma revisão anual, sendo atualizado sempre que necessário, de forma a manter a informação atual e precisa.

Por exemplo, na secção “AP)01 - Dados Gerais do Cliente”, são arquivados os dados históricos relacionados com as principais atividades do cliente, bem como informações sobre as suas relações com o Estado. Já na “AP)02 - Auditoria Informação Contabilística”, encontram-se documentos como os contratos de auditoria, relatórios emitidos, planos de contas e declarações do órgão de gestão, entre outros. Esta organização permite um acesso fácil e estruturado à informação relevante, de forma a promover a continuidade e a eficiência do trabalho de auditoria ao longo dos anos.

Figura 4: Pasta Arquivo Permanente (AP)



Fonte: ASD Auditor

É no ASD Auditor que é centralizada toda a documentação produzida e recebida no âmbito do trabalho de auditoria aos clientes. Este software oferece várias funcionalidades que auxiliam na execução de diversos testes necessários ao processo, tornando-o mais eficiente e organizado.

Adicionalmente, qualquer teste ou procedimento realizado fora da plataforma, com recurso a outras ferramentas ou fontes, é posteriormente inserido no sistema e arquivado nas pastas correspondentes. Desta forma, toda a informação relevante fica

devidamente registada, facilitando a consulta, o controlo e a rastreabilidade do trabalho efetuado.

3.3 Testes e procedimentos efetuados

3.3.1 Análise documental

Com a receção do ficheiro SAF-T por parte dos clientes, torna-se possível iniciar a execução de alguns testes de auditoria. O SAF-T (*Standard Audit File for Tax purposes*) é um ficheiro em formato XML, que reúne os registos contabilísticos e de faturação da entidade, num formato estruturado e legível, compatível com vários softwares de auditoria e análise, sem comprometer a integridade da base de dados.

Este ficheiro é importado diretamente para o *ASD Auditor*, onde pode ser analisado de forma eficiente. Através dessa integração, é possível aplicar automaticamente certos procedimentos e testes, otimizando o trabalho e garantindo uma maior fiabilidade nos dados analisados.

A análise documental consiste na revisão de vários documentos relacionados com os lançamentos contabilísticos do ano em avaliação. No entanto, apenas uma amostra desses documentos é selecionada, com base na Materialidade de Execução definida para cada cliente naquele período.

Os documentos escolhidos são examinados e, posteriormente, comparados com os registos contabilísticos correspondentes, utilizando a ferramenta ilustrada nas figuras 5 e 6. É necessário elaborar um resumo da fatura, destacando os pontos mais relevantes, e após o cruzamento com o lançamento contabilístico, aplica-se um *Tickmark* (conforme mostrado na figura 7). Este sinal serve para comunicar a opinião sobre a análise efetuada à pessoa responsável pela revisão do trabalho, que, por sua vez, dará feedback e indicará possíveis correções aos clientes.

Este procedimento foca-se nas rubricas com maior volume de movimentos durante o ano na entidade auditada. Trata-se de um teste substantivo, essencial para confirmar a existência e a precisão de valores em contas como Compras, FSE (Fornecimentos e Serviços Externos), Ativos Fixos Tangíveis e outras relevantes.

Figura 5: Papel de Trabalho

Fornecimentos e serviços externos RG

Registro documentado

Nº 3087 Lançamento 1019 Registo 3 CODIGO

Nº Doc. #1 20241002 4 14

Nº Doc. #2 4 Compras

Data 2-Out-2024

Conta 624112 COM IVA NÃO DEDUTIVEL - ART. 21

Débito 2.134,260 Crédito 0,000

Conceito ELETRICIDADE

Comentários | Ficheiros Disco | Registos do lançamento | Referências |

Fonte: ASD Auditor

Figura 6: Lançamento Contabilístico

Comentários | Ficheiros Disco | Registos do lançamento | Referências |

Σ	Nº	Lanço.	Registo	Clas. res.	Conta	Débito	Crédito	Data	Data entrada	Nº Doc. #1	Nº Doc. #2	Conceito
<input type="checkbox"/>	3085	1019	1	221	221110140	0,000	2.628,160	02/10/2024	28/07/2025	20241002 4 14	4 Compras	ELETRICIDADE
<input type="checkbox"/>	3086	1019	2	624	624111	2,850	0,000	02/10/2024	28/07/2025	20241002 4 14	4 Compras	ELETRICIDADE
<input type="checkbox"/>	3087	1019	3	624	624112	2.134,260	0,000	02/10/2024	28/07/2025	20241002 4 14	4 Compras	ELETRICIDADE
<input type="checkbox"/>	3088	1019	4	243	2432311	0,170	0,000	02/10/2024	28/07/2025	20241002 4 14	4 Compras	ELETRICIDADE
<input type="checkbox"/>	3089	1019	5	243	2432313	490,880	0,000	02/10/2024	28/07/2025	20241002 4 14	4 Compras	ELETRICIDADE
Σ						0,00	0,00	0,00				

Fonte: ASD Auditor

Figura 7: Tickmarks

TICKMARKS

Legenda de Tickmarks do papel

	C.	TM	Descrição
<input type="checkbox"/>	a	α	Requer Ajustamento
<input type="checkbox"/>	b	β	Verificar saldo irregular
<input type="checkbox"/>	c	γ	Correcto e comprovado c/ documentação suporte
<input type="checkbox"/>	d	δ	Circularizado e conciliado o saldo
<input type="checkbox"/>	o	\circ	Correcta contabilização, inspeção ocular
<input type="checkbox"/>	s	σ	Verificada composição de saldo

Atribuir tickmarks seleccionados Tickmarks globais ▼

Voltar

Fonte: ASD Auditor

3.3.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) correspondem a bens físicos e materiais, tangíveis e palpáveis, cuja vida útil se estende por mais de um período de relato.

Para a análise de alguns ativos, recorre-se ao Portal da Autoridade Tributária (AT), de onde são retirados dois mapas essenciais para o registo dos AFT de uma entidade: o Património Predial e a listagem de veículos.

O Património Predial inclui a relação dos edifícios pertencentes à entidade, comunicados à AT, que depois são confrontados com os valores registados na contabilidade, o que permite identificar eventuais divergências. Já a listagem de veículos apresenta os automóveis detidos pela entidade e reportados à AT, devendo ser cruzada com a contabilidade, com a listagem do seguro e com os pagamentos do Imposto Único de Circulação (IUC).

No software *ASD Auditor*, extraem-se os Movimentos Anuais do Período referentes a esta rubrica, que são depois analisados. Esta análise subdivide-se em contas e subcontas, abrangendo desde as diversas aquisições selecionadas para análise por amostragem estatística, até às depreciações acumuladas, abates e AFT em curso.

Por fim, é realizado um teste ao Modelo 32 (Mapa de Depreciações e Amortizações), que serve para controlar as depreciações dos Ativos Fixos Tangíveis, Propriedades para Investimento, Ativos Biológicos Não Consumíveis e as amortizações dos Ativos Intangíveis. Este mapa deve refletir as depreciações/amortizações contabilizadas no período para cada item dessas classes, assim como as depreciações aceites de períodos anteriores e as taxas aplicadas.

Para validar o Modelo 32, procede-se ao recálculo das depreciações do período atual e de períodos anteriores, utilizando as taxas específicas de cada ativo, de acordo com a portaria 25/2009, uma vez que é difícil estimar a vida útil de todos os ativos e realiza-se o cruzamento dos valores obtidos com os constantes no mapa, confirmando a sua exatidão.

3.3.3 Inventários

Inventários são ativos que uma empresa mantém para venda direta, para utilização na produção de bens a vender posteriormente, ou na forma de materiais que serão usados na produção ou na prestação de serviços.

Esta rubrica exige uma verificação presencial durante o processo de auditoria, geralmente realizada perto do final do exercício fiscal. Os auditores acompanham a contagem dos inventários na data mais próxima possível do encerramento do ano (31/12/N). Essa verificação pode ser feita de forma parcial, selecionando previamente uma amostra dos itens com base na materialidade definida, realizando a contagem apenas desses produtos. Alternativamente, pode ser realizado o acompanhamento direto das equipas da própria entidade durante a contagem, com a seleção de amostras aleatórias conforme o andamento do processo.

Durante o estágio, tive a oportunidade de participar nas contagens de inventário, observando essas diferentes formas de execução. A decisão sobre o método a adotar para os testes depende do nível de risco associado aos inventários de cada entidade.

Após a realização das contagens, é elaborado um relatório, como o apresentado no anexo I, que tem como objetivo comparar as contagens feitas pela entidade com as realizadas pela equipa de auditoria, de forma a identificar eventuais diferenças. Esta comparação permite obter uma visão mais precisa e fiável do inventário. Caso sejam detetadas discrepâncias entre as duas contagens, é necessária a realização de uma terceira contagem, feita por pessoas distintas das que efetuaram as duas primeiras, para assegurar a maior exatidão possível nos valores apurados. No final deste processo, a listagem resultante deverá ser confrontada com o inventário registado à data de 31/12/N.

Outro procedimento importante na auditoria de inventários é o Teste aos Custos Unitários, que consiste em solicitar faturas das últimas compras das mercadorias ou matérias-primas consideradas mais significativas. O objetivo é verificar se o custo unitário registado nas faturas corresponde ao custo unitário contabilizado em *stock*, procedendo-se, se necessário, à atualização destes valores. Dependendo do método valorimétrico adotado pela empresa, pode ser efetuado o recálculo dos custos unitários para validar a sua correção.

Adicionalmente, realiza-se o Teste do *Late Cut-Off* das Compras, que envolve a seleção de algumas das últimas faturas de compras do ano e as primeiras do ano seguinte com valor material. Este teste visa analisar as respetivas guias de transporte para confirmar as datas de entrada das mercadorias, bem como verificar os *incoterms* aplicados, especialmente no caso de compras internacionais, garantindo que as transações estão corretamente registadas no período correto.

Por fim, o teste à rotação dos inventários consiste em identificar os *stocks* que não tiveram qualquer movimento durante o ano em análise. Para esses itens parados, é importante apurar qual foi a última vez que registaram alguma atividade.

Após essa análise, deve ser decidido como proceder com esses artigos: se ainda estiverem em boas condições e forem passíveis de venda, devem ser elaboradas estratégias para a sua comercialização. Caso contrário, deve-se considerar o reconhecimento de perdas por imparidade ou proceder ao abate dos inventários, refletindo adequadamente a sua situação financeira na contabilidade da entidade.

3.3.4 Caixa e Depósitos Bancários

Esta rubrica engloba as quantias em dinheiro e os ativos monetários que correspondem ao conceito de caixa e seus equivalentes, como os depósitos bancários.

Aqui, é possível validar as contas relacionadas: 11 - Caixa, 12 - Depósitos Bancários e 13 - Outros Depósitos Bancários. Para isso, utiliza-se o Banco de Portugal para consultar o Mapa de Base de Dados de Contas, que apresenta informações sobre contas de depósito, pagamento, crédito e outros instrumentos financeiros, incluindo as instituições e titulares associados. Esse mapa indica quais as contas que estão ativas e quais já foram encerradas, conforme exemplificado no anexo II, o que permite assim validar a existência das contas registadas na contabilidade.

O teste a esta rubrica inclui a elaboração de um mapa com as contas mencionadas e a solicitação dos extratos bancários correspondentes, extraídos do SAF-T contabilístico, para comparar os saldos reportados em ambos. Caso existam discrepâncias, procede-se à identificação dos itens de conciliação que expliquem as diferenças. Além disso, as conciliações bancárias são solicitadas às entidades para garantir que quaisquer divergências estejam devidamente refletidas e justificadas nesses documentos. Por fim, é solicitada também a folha de caixa, devidamente assinada, para confirmar o saldo da conta 11 – Caixa.

3.3.5 Outras Contas a receber e a pagar

Esta rubrica inclui as contas a receber e a pagar que não se enquadram nas outras categorias de contas a receber e a pagar

Dentro desta rubrica, realiza-se um teste específico à conta 272 – Devedores e credores por acréscimos, que consiste em analisar os primeiros documentos do ano seguinte, sejam de compras ou serviços, para identificar se existem despesas referentes ao ano em análise, mas que só foram datadas no ano seguinte e, por isso, devem ser reconhecidas nesta conta. Também é verificado se o gasto relativo ao IMI foi devidamente acrescido, uma vez que este é um custo do ano em questão, mas que só é liquidado no ano seguinte.

Adicionalmente, é efetuado um teste à Estimativa de Férias e Subsídio de Férias, com base nos recibos de vencimentos dos colaboradores. Para isso, consulta-se o vencimento base de cada trabalhador, considerando a respetiva taxa contributiva da

Segurança Social paga pela entidade empregadora. Com esses dados, é feito o recálculo do acréscimo de férias e subsídio de férias a reconhecer no ano em análise, dado que este é um gasto do período, mas que só é pago no ano seguinte.

3.3.6 Diferimentos

Esta rubrica destina-se a registar despesas e rendimentos que dizem respeito exclusivamente ao ano seguinte.

A análise da rubrica de diferimentos é realizada durante a análise documental, com o objetivo de reunir os documentos que suportam os diferimentos referentes ao ano de 2024. Entre estes documentos, são selecionados os mais relevantes para a execução do teste aos diferimentos.

O principal objetivo deste teste é validar os valores contabilizados como despesas do ano em análise e aqueles reconhecidos como diferimentos, ou seja, despesas que pertencem a períodos futuros. Nos documentos associados a esses lançamentos, encontra-se especificado o período a que se referem. Com base nessas informações, é feito o recálculo dos diferimentos para confirmar se os valores registados estão corretos e coincidem com o esperado.

3.3.7 Estado e Outros Entes Públicos

O início do estágio coincidiu com o período de preparação para os trabalhos de auditoria, o que permitiu aos estagiários começar a colaborar em alguns procedimentos desde cedo. Entre as várias rubricas a analisar, a primeira com que tive contacto foi a de “Estado e Outros Entes Públicos”.

A validação dos impostos é um dos primeiros passos na execução da auditoria e consiste em retirar, do Portal das Finanças, as guias de impostos de cada entidade auditada, referentes a todos os meses comunicados à Autoridade Tributária até à data, para posteriormente compará-las com os registos contabilísticos. A auditoria desta rubrica tem como objetivo verificar os valores relacionados com as obrigações fiscais que a empresa apresenta junto da Autoridade Tributária.

Este procedimento permite avaliar diversas declarações e documentos fiscais, tais como:

- Declarações Mensais de Remunerações (DMR);

- Declaração de Retenções na Fonte de IRS/IRC e Imposto de Selo;
- Declarações Periódicas de IVA;
- Informação Empresarial Simplificada (IES);
- Declaração de Rendimentos sujeitos a IRC – Modelo 22;
- IUC (Imposto Único de Circulação);
- IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis).

Após a recolha destas informações no Portal da Autoridade Tributária, procede-se à sua validação através de um *Template* previamente definido pela empresa, garantindo assim que as obrigações fiscais estão a ser cumpridas corretamente. Para isso, os dados são cruzados com os Movimentos Financeiros da AT, verificando se os valores foram efetivamente pagos ou recebidos. Por fim, estes valores são confrontados com os registados na contabilidade da entidade.

- Imposto sobre o rendimento

Com base na Declaração de Rendimentos sujeitos a IRC (Modelo 22) do exercício anterior, procede-se ao recálculo dos Pagamentos por Conta (PpC) e dos Pagamentos Adicionais por Conta (PApC), de forma a confirmar as prestações devidas em 2024.

Estes pagamentos representam adiantamentos ao Estado do montante de IRC a liquidar pelas empresas. São efetuados em três prestações, sendo que:

- Os PpC são calculados com base no Volume de Negócios, no Valor da Coleta de IRC e nas Retenções na Fonte de IRC;
- Os PApC aplicam-se apenas quando o Lucro Tributável é superior a 1.500.000,00 € e têm por base este lucro e o respetivo Valor de Incidência.

A validação desta rubrica é efetuada recorrendo ao *Template* apresentado no Anexo III.

- Retenção de Impostos sobre o Rendimento

Na conta 242 procede-se à validação das retenções na fonte efetuadas pela entidade, abrangendo rendimentos de trabalho dependente, trabalho independente, rendimentos prediais e outros.

Para esta verificação, compara-se a informação comunicada pela empresa à Autoridade Tributária — através das Declarações Mensais de Remuneração (no caso do trabalho dependente) e das guias de retenção na fonte (para trabalho independente, predial e outros) — com os registos contabilísticos.

Os valores obtidos nas guias são inseridos na primeira tabela (Anexo IV). Esta, por meio de fórmulas, transfere automaticamente os montantes para a segunda tabela, onde é realizada a comparação com a contabilidade e com os respetivos comprovativos de pagamento.

- Imposto Sobre o Valor Acrescentado

Na conta 243 procede-se à validação do IVA, permitindo cruzar informações entre diferentes áreas, como o IVA liquidado e o IVA dedutível. Na análise do IVA liquidado, confrontam-se as bases tributáveis apuradas com os valores registados nas contas de rendimentos e, conseqüentemente, com o saldo da conta de clientes. Já na análise do IVA dedutível, verificam-se os valores contabilizados nas contas de existências, imobilizado, gastos e fornecedores, sendo igualmente analisadas as regularizações de IVA, quer sejam a favor do Estado, quer a favor da empresa. Este teste é efetuado com base nas declarações periódicas de IVA comunicadas à Autoridade Tributária, cujos valores são transpostos para o Papel de Trabalho constante no Anexo V. Na Figura 8, apresentam-se os valores de IVA liquidado comunicados por uma entidade.

Figura 8: IVA Liquidado

Mês	IVA Liquidado			
	6%	13%	23%	Aq. Intracom.
Janeiro	-127,17	-41,59	-36 825,95	-1 820,71
Fevereiro	-187,09	-42,45	-36 082,08	-12 258,07
Março	-200,57	-58,92	-37 772,74	-16 496,70
Abril	-172,69	-70,63	-40 054,78	-20 094,51
Maio	-161,03	-81,82	-40 466,16	-4 285,34
Junho	-152,22	-85,95	-42 779,34	-9 379,08
Julho	-166,07	-123,50	-46 771,62	-17 882,32
Agosto	-169,25	-195,89	-48 065,82	-1 957,80
Setembro	-153,03	-88,95	-43 789,42	-944,64
Outubro	-131,68	-54,50	-44 105,78	-577,27
Novembro	-151,62	-64,25	-38 508,57	-1 866,10
Dezembro	-135,53	-71,57	-47 341,05	-0,51
TOTAIS	-1 907,95	-980,02	-502 563,31	-87 563,05
BASE TRIBUTÁVEL	-31 799,17	-7 538,62	-2 185 057,87	-486 461,39
BASE TRIB. OP. ISENTAS	[X]	[Y]	[Z]	

Fonte: HLB SVTM

Na Figura 9 são apresentados os valores de IVA dedutível comunicados por uma entidade, segmentados pelas categorias de Existências, Imobilizado e Outros Bens e Serviços (OBS)

Figura 9: IVA Dedutível

Mês	IVA Dedutível				O.B.S.
	Imobilizado	Existências			
		18%	6%	13%	
Janeiro	4 551,17	166,32		18 649,33	11 231,31
Fevereiro	1 013,91	167,97	5,86	29 859,69	10 708,80
Março	5 241,15	38,68	10,65	28 753,25	10 440,53
Abril	147,20	38,50	43,85	36 945,21	10 814,56
Maio	3 675,40	87,00	18,57	13 650,62	12 383,31
Junho	2 428,80	81,67	55,38	27 000,44	12 185,65
Julho	4 435,56	4,56	46,76	27 909,30	13 515,25
Agosto	2 226,40	101,33	86,97	12 134,02	14 363,18
Setembro	1 840,00	13,32	16,03	8 072,39	9 325,69
Outubro	294,40	82,67	38,36	4 144,37	8 473,86
Novembro	92,00	20,72	44,34	7 564,48	10 159,65
Dezembro	644,00			337,67	7 217,19
TOTAIS	26 589,99	802,74	366,77	215 020,77	130 818,98
BASE TRIBUTÁVEL	147 722,17	13 379,00	2 821,31	934 872,91	726 772,11
BASE TRIB. OP. ISENTAS	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]

Fonte: HLB SVTM

- Contribuições para a Segurança Social

O mesmo procedimento de validação deve ser aplicado às contribuições para a Segurança Social. As declarações de remunerações devem ser analisadas por meio de um papel de trabalho específico, que permita verificar se todos os valores foram corretamente declarados e registados.

Na conta 245 são examinadas as contribuições efetuadas para a Segurança Social, tanto a parte da responsabilidade da entidade empregadora como a dos trabalhadores. Com base nesta análise, comparam-se os valores da Taxa Social Única (TSU) declarados e pagos com os montantes registados na contabilidade e os comprovativos de pagamento (ver Anexo VI).

Além disso, é fundamental obter as Certidões de Dívida e Não Dívida da Autoridade Tributária e da Segurança Social. Estas certidões, com validade de três meses (AT) e quatro meses (Segurança Social), comprovam se a entidade se encontra com a sua situação fiscal e contributiva devidamente regularizada.

3.3.8 Financiamentos obtidos

Esta rubrica abrange os empréstimos obtidos pela empresa, os quais representam, na maioria dos casos, custos financeiros.

Tal como na análise da rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, recorre-se ao Mapa de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, que apresenta os créditos atribuídos aos contribuintes. Este mapa é atualizado com base na informação transmitida pelas instituições financeiras e permite identificar as entidades credoras, os titulares dos empréstimos, bem como os respetivos saldos e montantes em dívida.

Através deste documento, é possível verificar se os empréstimos estão corretamente registados na contabilidade da empresa e se os saldos apresentados coincidem com os que constam nas demonstrações financeiras, garantindo assim a fiabilidade da informação contabilística relativa ao endividamento da entidade.

3.3.9 Clientes e Fornecedores

O principal procedimento utilizado para validar as rubricas de clientes e fornecedores é a circularização de saldos.

Este processo consiste em confirmar, junto das contrapartes, os saldos registados nas respetivas contabilidades, relativamente a transações de compra e venda. A seleção dos clientes e fornecedores a circularizar é feita com base na materialidade definida e no juízo profissional do auditor: os clientes são escolhidos pelo saldo em aberto e os fornecedores pelos movimentos a crédito.

O objetivo é garantir que todos os ativos e passivos provenientes de transações até à data das demonstrações financeiras estão corretamente refletidos no balanço.

Para executar este procedimento, solicitam-se às entidades selecionadas os seus extratos de clientes ou fornecedores, que serão comparados com os registos contabilísticos da entidade auditada, através da ferramenta de circularização do *ASD*

Auditor, o ASD Confirmation. Caso não haja resposta, solicita-se à entidade auditada que contacte diretamente as contrapartes, podendo ser necessário efetuar um segundo pedido.

As respostas recebidas podem ser:

- Concordantes – os saldos coincidem e não requerem reconciliação.
- Não concordantes – é necessário reconciliar, identificando faturas, pagamentos ou recebimentos que apareçam apenas num dos extratos.

Se não houver resposta, são aplicados procedimentos alternativos:

- Fornecedores nacionais – cruzamento do extrato contabilístico com o e-Fatura para verificar se existem faturas comunicadas, mas não registadas.
- Fornecedores estrangeiros – análise das faturas em aberto e verificação, nos extratos bancários do ano N+1, de pagamentos posteriores que confirmem a existência e correta especialização das faturas.
- Clientes com saldo – decomposição do saldo e confirmação, através de extratos bancários de N+1, se os valores pendentes já foram recebidos. Também se analisam as primeiras faturas de N+1 para detetar possíveis registos incorretos de faturas de N.

Tal como na análise documental, cada terceiro é identificado com um *tickmark* que indica se o saldo está concordante, conciliado ou sujeito a procedimentos alternativos (conforme Anexo VII e Figura 7).

O teste à rubrica de clientes verifica possíveis sobreavaliações, assegurando que as faturas registadas correspondem a transações reais. Já a rubrica de fornecedores é testada quanto a subavaliação, avaliando a plenitude dos registos.

Adicionalmente, para a rubrica de fornecedores, são feitos dois testes específicos para detetar passivos omitidos:

- Conferir, através do e-Fatura, se todas as faturas do ano estão contabilizadas, solicitando justificação para as que não estejam e procedendo à sua correção.
- Selecionar, nos primeiros extratos bancários de N+1, os maiores pagamentos a fornecedores (consoante a materialidade), solicitando as

respetivas faturas para confirmar se pertencem a N e, caso positivo, se estão devidamente reconhecidas.

Também são analisados saldos parados (sem movimentos no exercício):

- Clientes – verifica-se a antiguidade do saldo para avaliar a possibilidade de recebimento e, se aplicável, reconhecer perdas por imparidade.
- Fornecedores – questiona-se a razão da ausência de pagamento para regularizar e zerar o saldo.

Por fim, procede-se à análise de saldos contrários, ou seja, fornecedores com saldo devedor ou clientes com saldo credor, situações que devem ser justificadas e regularizadas.

3.3.10 Vendas e Prestação de serviços

Com base no ficheiro SAF-T de Faturação, é possível realizar uma série de testes relevantes para a validação da rubrica de vendas.

- Teste à Faturação:

Objetivo: Validação dos valores mensais declarados nas declarações do IVA [Bases Tributáveis e imposto].

Método: Comparação dos valores mensais constantes dos ficheiros SAF-T de faturação comunicados à Autoridade Tributária com os respetivos valores declarados (IVA) e contabilizados no exercício.

- Teste *Even Amount*:

Objetivo: O teste *even amount* é útil quando não se espera que haja números redondos e eles são detetados e vice-versa.

Método: Seleccionamos uma amostra de faturas com um valor base redondo e validámos essas mesmas faturas.

- Teste Lei de Benford:

Objetivo: A Lei de Benford mostra que existe um privilégio para o dígito 1 relativamente aos restantes algarismos. Os testes baseados nesta Lei sinalizam duplicações anormais. Matematicamente, dá uma expectativa das duplicações

comuns e as duplicações acima da norma são consideradas "anormais" ou "excessivas".

Método: Selecionam-se as contas #71 e #72 e vamos testar se os desvios em relação à Lei de Benford são estatisticamente significativos, ou seja, se existe conformidade estatística com esta Lei.

Por último, é efetuado o teste de sequencialidade, que tem como objetivo verificar se a numeração das faturas apresenta quebras ou irregularidades. Adicionalmente, analisa-se se houve emissão de faturas em dias não úteis e, caso se verifique, procede-se à análise para confirmar se tal situação está alinhada com a atividade e o funcionamento habitual da empresa.

3.3.11 Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) corresponde aos gastos suportados pela empresa com a aquisição de mercadorias e matérias-primas que, após o processo produtivo, já foram vendidas.

No encerramento do exercício, é necessário apurar o CMVMC. Este apuramento consiste em encerrar as contas relativas a mercadorias, compras, devoluções, descontos e regularizações, transferindo o respectivo saldo para a Conta 61 – CMVMC.

Paralelamente, procede-se ao cálculo dos Produtos e Trabalhos Acabados e em Curso, encerrando as contas 34 e 36 e transferindo os saldos para a conta 73. O papel do auditor é verificar o recálculo destes apuramentos para confirmar se estão corretos, utilizando, para tal, o modelo indicado no Anexo VIII.

Para o recálculo do CMVMC, analisam-se as compras registadas na conta 31, bem como as Existências Iniciais e Finais (contas 32 e 33, consoante se trate de mercadorias ou matérias-primas, subsidiárias e de consumo). As regularizações de existências, caso existam, são verificadas na conta 38. Conforme ilustrado na figura 10, o cálculo resulta da soma das Existências Iniciais com as Compras e as Regularizações, subtraindo-se as Existências Finais. O valor obtido deve corresponder ao saldo da conta 61, confirmando a validade do CMVMC.

Figura 10: Recálculo CMVMC

	MP, MS, CONS.
Ei	1 463 396,84
Compras	1 834 330,93
Reg. Existencias	
Ef	1 445 401,89
Cmvmc	1 852 325,88
saldo conta 61:	1 852 325,88
variação:	0,00

Fonte: HLB SVTM

Relativamente aos Produtos Acabados e em Curso, analisam-se as contas 34 (Produtos Acabados) e 36 (Produtos e Trabalhos em Curso), verificando igualmente eventuais regularizações na conta 38. Como demonstrado na figura 11, o cálculo consiste na soma das Existências Finais e das Regularizações, subtraindo as Existências Iniciais. O resultado deve coincidir com o saldo da conta 73 – Variações nos Inventários de Produção, validando assim o respetivo valor.

Figura 11: Recálculo dos Produtos e Trabalhos em Curso

Cálculo do Valor dos Produtos e Trabalhos em Curso

	Prod Trab Curso
Ef	1 954 656,67
Reg. Existencias	
Ei	1 493 746,08
Variação Produção	460 910,59
saldo conta 73:	460 910,59
variação:	0,00

Fonte: HLB SVTM

3.3.12 Gastos com Pessoal

A rubrica de Gastos com Pessoal abrange todas as despesas suportadas pela entidade com os seus trabalhadores, incluindo salários e quaisquer outras formas de remuneração.

Para validar esta rubrica, são realizados dois procedimentos principais: o Teste ao Processamento de Vencimentos e o Teste Global ao Pessoal (análise das DMR).

O Teste ao Processamento de Vencimentos consiste na seleção de um mês do exercício e, consoante a dimensão da empresa, na análise de todos os colaboradores ou de, pelo menos, 10% deles. Para cada trabalhador selecionado, solicitam-se os respetivos recibos de vencimento, assim como a ficha cadastral, com o objetivo de confirmar a correta aplicação das taxas de IRS e de Segurança Social refletidas nos descontos, assegurando a conformidade do processamento. Para a execução deste teste é utilizado um modelo adaptado ao tipo de remunerações da empresa, conforme ilustrado no Anexo IX. A verificação é feita com base nas tabelas de retenção de IRS vigentes no mês escolhido. As tabelas aplicáveis variam de acordo com fatores como estado civil, número de dependentes, número de titulares e eventual existência de pessoas com deficiência no agregado familiar. Caso sejam detetadas diferenças entre o recálculo efetuado e o valor constante no recibo, estas são reportadas à entidade para esclarecimento.

O Teste Global ao Pessoal foca-se na análise das DMR enviadas à Autoridade Tributária, verificando se a informação comunicada corresponde ao processamento salarial registado. Este teste permite confirmar os valores das subcontas da conta 63, nomeadamente da 631 à 634, que estão incluídos nas DMR. Para os restantes gastos registados nas subcontas da conta 63, procede-se ao cálculo dos encargos, aceitando-se uma margem de erro máxima de 1% do saldo da conta, conforme exemplificado no Anexo X.

3.3.13 Validação das Demonstrações Financeiras

O último passo da auditoria, antes da emissão da Certificação Legal das Contas (CLC), é a validação das Demonstrações Financeiras. Este procedimento envolve a conferência do Balanço e da Demonstração de Resultados e, quando aplicável, da Demonstração de Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, do Anexo e do Relatório de Gestão.

A validação é feita com base no balancete final da entidade, à data de 31/12/N, recalculando-se os valores de cada rubrica para garantir que as demonstrações refletem de forma fidedigna e adequada a situação financeira da empresa.

Nesta etapa, procede-se também à verificação do Modelo 22 – Declaração dos Rendimentos Sujeitos a IRC, recalculando o lucro tributável e o imposto devido, valores que são depois ajustados no balancete e nas demonstrações financeiras.

A CLC só pode ser emitida após confirmar-se a veracidade e consistência de todos os documentos aplicáveis à entidade em questão.

Conclusão

A realização deste estágio permitiu-me consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado, proporcionando a oportunidade de aplicar, na prática, as aprendizagens teóricas desenvolvidas durante o percurso académico. Esta experiência foi fundamental para compreender de que forma esses conceitos são efetivamente aplicados no contexto profissional e, simultaneamente, avaliar se a área correspondia às expectativas criadas ao longo da formação.

A opção pela elaboração do relatório de estágio possibilitou uma ligação direta entre a investigação realizada sobre o tema escolhido e as atividades desenvolvidas no estágio, permitindo uma análise mais detalhada e crítica dos assuntos estudados. A revisão de literatura, realizada no âmbito da investigação, ofereceu um enquadramento sólido do tema em análise, organizando e apresentando diversos tópicos relacionados com o foco principal deste trabalho.

Primeiramente foi abordado o impacto das pequenas e médias empresas no tecido empresarial português, sendo estas a espinha dorsal do universo das empresas em Portugal. As PME destacam-se pela sua capacidade de gerar emprego, promover a inovação e fomentar a coesão territorial, especialmente em regiões onde a presença de grandes empresas é limitada. A sua flexibilidade e proximidade com o mercado permitem uma adaptação rápida às mudanças económicas e tecnológicas, tornando-as mais resilientes em períodos de incerteza. Além disso, o seu contributo para o PIB e para o equilíbrio das cadeias de valor é fundamental, uma vez que muitas grandes empresas dependem das PME como fornecedores estratégicos e parceiros de negócio.

A auditoria financeira assume um papel incontornável na credibilização da informação contabilística e na transparência das práticas empresariais, sendo um instrumento essencial para o bom funcionamento do mercado e para a confiança dos *stakeholders*. A sua importância vai muito além do mero cumprimento legal, representando uma ferramenta estratégica para a gestão, ao permitir identificar riscos, prevenir fraudes e promover a eficiência dos controlos internos. Em Portugal, a obrigatoriedade da revisão legal de contas, conforme o artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais, reforça a necessidade de garantir que as demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, a posição económica e patrimonial das empresas, contribuindo para a estabilidade do sistema económico.

Com o avanço tecnológico, a introdução da Inteligência Artificial está a transformar significativamente a forma como os trabalhos de auditoria são conduzidos, produzindo ganhos de eficiência, rapidez e precisão na análise de dados. No entanto, esta evolução traz também novos desafios, nomeadamente a necessidade de formação contínua dos profissionais e o risco de desigualdade entre grandes e pequenas firmas de auditoria.

Apesar de a auditoria representar um instrumento essencial para garantir transparência, credibilidade e solidez financeira, as pequenas e médias empresas enfrentam ainda diversos obstáculos na sua implementação. Os custos associados ao processo, tanto diretos como indiretos, constituem um dos principais entraves, sobretudo para empresas com recursos limitados. Paralelamente, a falta de conhecimento técnico e de preparação interna dificulta o cumprimento das exigências do processo, tornando-o mais complexo e moroso. Além disso, a ausência de consciência sobre os benefícios da auditoria leva muitas PMEs a encará-la apenas como um encargo adicional, e não como uma ferramenta estratégica de gestão.

A presente investigação recorreu a uma metodologia mista, adequada à natureza de um relatório de estágio, que combina a análise quantitativa e qualitativa. Esta abordagem permite integrar a interpretação de dados numéricos com a observação e compreensão de fenómenos descritivos. Com base na revisão de literatura realizada, foram formuladas cinco questões de investigação, apoiadas nos contributos dos autores referenciados, que orientaram o desenvolvimento do estudo. Destas questões resultou um modelo de análise composto por duas asserções principais, representando os objetivos fundamentais das metodologias utilizadas.

A primeira asserção, formulada a partir de várias questões de investigação, é “A auditoria contribui para o reforço da segurança financeira das entidades”. Após a análise teórica e a experiência prática obtida durante o estágio, é possível concluir que esta afirmação se confirma, evidenciando o papel fundamental da auditoria na fiabilidade financeira das organizações. Em termos de acesso ao crédito, a existência de demonstrações financeiras auditadas aumenta a confiança de instituições bancárias e investidores, facilitando a obtenção de financiamento e melhores condições de crédito, se a entidade demonstrar saúde financeira para que isso aconteça. Além disso, a auditoria tem um impacto direto no controlo interno, ajudando a identificar falhas e fragilidades nos procedimentos administrativos e contabilísticos, o que promove uma gestão mais eficiente e rigorosa. Por outro lado, a auditoria contribui também para minimizar o risco de fraude, uma vez que a análise independente e rigorosa dos registos contabilísticos incentiva a responsabilidade e o cumprimento das normas. Embora não elimine totalmente o risco, o acompanhamento independente dos auditores cria um ambiente de maior controlo e confiança, tornando a auditoria um instrumento indispensável para a sustentabilidade e o crescimento das PME's.

A segunda asserção “O avanço tecnológico aliado à utilização da IA na auditoria tornará o processo mais eficiente e eficaz” que se confirma. A introdução da inteligência artificial no campo da auditoria tem demonstrado um impacto significativo na melhoria da eficiência e qualidade do trabalho realizado. Através da automatização de tarefas repetitivas, da análise avançada de grandes volumes de dados e da deteção de padrões anómalos, a IA permite que os auditores concentrem o seu tempo em áreas de maior relevância e julgamento profissional. Consequentemente, o processo torna-se mais rápido, preciso e consistente, contribuindo para trabalhos de auditoria mais completos e fundamentados. Apesar de custos elevados numa fase inicial com programas de inteligência artificial e formação dos trabalhadores, os benefícios a médio/longo prazo irão se sobrepor aos custos.

O presente estágio foi fundamental para perceber que a auditoria pode impactar bastante o rumo das pequenas e médias empresas em Portugal, desde a análise aos procedimentos internos das entidades à redução da probabilidade de existência de fraude, a auditoria pode ir muito mais além de uma simples certificação da informação verdadeira e apropriada das contas, auxiliando a gestão para conseguir atingir objetivos e crescer de

forma sustentada, ressalvando sempre a independência do auditor no decorrer das suas funções.

O trabalho de auditoria realizado, também demonstrou que o avanço tecnológico consegue libertar o auditor a realizar trabalhos mais aprofundados de forma a conseguir obter uma prova mais sustentada do seu trabalho. Assim, o futuro da auditoria dependerá da capacidade do setor em integrar a tecnologia de forma equilibrada, mantendo o rigor técnico, a ética profissional e a independência que sempre caracterizaram a profissão. A combinação entre conhecimento humano e inovação tecnológica será determinante para garantir que a auditoria continue a cumprir o seu papel primordial: assegurar a fiabilidade da informação financeira e promover a transparência e a confiança no mundo empresarial.

Limitações do Estudo

Uma vez não se tratar do objeto de estudo, não foi possível obter informação relativamente a entidades que não estejam sujeitas a certificação legal das contas, de forma a poder efetuar uma comparação com aquelas que estão.

De referir que, uma vez que se trata de um estudo de caso, não se pode tirar conclusões generalizadas.

Pistas para investigação futura

Uma boa questão a investigar futuramente, poderá passar por identificar, no trabalho de auditoria, quais as rubricas que serão mais fáceis de analisar com o auxílio da Inteligência Artificial e identificar os programas e os respetivos testes que irão ser utilizados e executados, respetivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmad, S., Wasim, S., Irfan, S., Gogoi, S., Srivastava, A., & Farheen, Z. (2019). Qualitative v/s. Quantitative Research- A Summarized Review. *Journal of Evidence Based Medicine and Healthcare*, 6(43), 2828–2832. <https://doi.org/10.18410/jebmh/2019/587>
- Agostinho, F. (2016). *A presença do Auditor nas PME A Auditoria nas Sociedades por Quotas Portuguesas*.
- Antunes, J. E. (2021). A Auditoria de Contas. *Revista Da Ordem Dos Revisores Oficiais de Contas*.
- Beck, T., & Levine, R. (2005). SMEs, Growth, and Poverty: Cross-Country Evidence. In *Journal of Economic Growth* (Vol. 10).
- Busetto, L., Wick, W., & Gumbinger, C. (2020). How to use and assess qualitative research methods. In *Neurological Research and Practice* (Vol. 2, Issue 1). BioMed Central Ltd. <https://doi.org/10.1186/s42466-020-00059-z>
- Changwony, F. K., & Kyiu, A. K. (2024). Business strategies and corruption in small- and medium-sized enterprises: The impact of business group affiliation, external auditing, and international standards certification. *Business Strategy and the Environment*, 33(1), 95–121. <https://doi.org/10.1002/bse.3333>
- Ha, H. H., & Nguyen, A. H. (2020). Determinants of voluntary audit of small and medium sized enterprises: Evidence from Vietnam. *Journal of Asian Finance, Economics and Business*, 7(5), 41–50. <https://doi.org/10.13106/JAFEB.2020.VOL7.NO5.041>
- Kandel, B. (2020). Qualitative Versus Quantitative Research. *1-Marsyangdi Journal*, 1.
- Kelly, K., Venessa, J., & Vivin, V. (2023). The Role of Audit In Small And Medium Enterprises. *International Journal of Social Science, Education, Communication and Economics (SINOMICS JOURNAL)*, 1(6), 819–824. <https://doi.org/10.54443/sj.v1i6.93>
- Krishnan, T. N. (2019). Strategic Human Resource Management in Small and Medium Enterprises: Challenges and Opportunities. *NHRD Network Journal*, 12(3), 225–231. <https://doi.org/10.1177/2631454119873193>
- Matlay, H., Ruzzier, M., Hisrich, R. D., & Antoncic, B. (2006). SME internationalization research: Past, present, and future. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 13(4), 476–497. <https://doi.org/10.1108/14626000610705705>

- Nassaji, H. (2020). Good qualitative research. *Language Teaching Research*, 24(4), 427–431. <https://doi.org/10.1177/1362168820941288>
- Ojala, H., Collis, J., Kinnunen, J., Niemi, L., & Troberg, P. (2016). The Demand for Voluntary Audit in Micro-Companies: Evidence from Finland. *International Journal of Auditing*, 20(3), 267–277. <https://doi.org/10.1111/ijau.12070>
- Palazuelos, E., Crespo, Á. H., & del Corte, J. M. (2018). Accounting information quality and trust as determinants of credit granting to SMEs: the role of external audit. *Small Business Economics*, 51(4), 861–877. <https://doi.org/10.1007/s11187-017-9966-3>
- Rikhardsson, P., Thórisson, K. R., Bergthorsson, G., & Batt, C. (2022). Artificial intelligence and auditing in small- and medium-sized firms: Expectations and applications. *AI Magazine*, 43(3), 323–336. <https://doi.org/10.1002/aaai.12066>
- Taherdoost, H. (2022). What are Different Research Approaches? Comprehensive Review of Qualitative, Quantitative, and Mixed Method Research, Their Applications, Types, and Limitations. *Journal of Management Science & Engineering Research* |, 05. <https://doi.org/10.30564/jmser.v5i1.4538>
- Tien, D. N., & Thanh, H. H. (2023). The Impacts of Internal Audit Practices on the Quality of Internal Control in Vietnamese Smes. *International Journal of Professional Business Review*, 8(5), e02027. <https://doi.org/10.26668/businessreview/2023.v8i5.2027>
- Xie, T., & Zhang, J. (2022). Data-Driven Intelligent Risk System in the Process of Financial Audit. *Mathematical Problems in Engineering*. <https://doi.org/10.1155/2022/9054209>

Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro – [Consultado a 25 janeiro 2025]

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho – [Consultado a 25 janeiro 2025]

Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de Novembro – [Consultado a 25 janeiro 2025]

Diretiva 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013 -
[Consultado a 25 janeiro 2025]

Recomendação 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003 CE - [Consultado a 25 janeiro 2025].

Anexo I – Relatório de Contagens

Linha	Cód Artigo	Designação	Armazém	Unid. Medida	Contagem 06 mm aaaa		Diferença	inventário em 31.12.2024				Diferença Valor	Diferença justificada	WP	Diferença justificada valorizada	Diferença Total Valorizada	Obs.
					Stock listagem (D4/A)	Contagem S/VM (A)		Quantidade Stock (B)	Diferença (Q) (B)-(A)	Stock Valorizado	Preço Unitário						
Artigos testados por sobreavaliação																	
1								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
2								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
3								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
4								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
5								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
6								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
7								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
8								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
9								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
10								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
11								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
12								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
13								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
14								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
15								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
16								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
17								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
18								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
19								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
20								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
21								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
22								0		0,00		0,00			0,00	0,00	
Total								0,00	0,00	0,00	Total	0,00			0,00	0,00	

Anexo II – Mapa de Base Dados de Contas



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Base de Dados de Contas
Contas por Interventente

Críticos de Pesquisa: NIF/ NIPC: 123456789 1

Informação comunicada pela instituição 9991 - BANCO AAAAA

Nome/Denominação Social
PPPPPP PPPPPP PPPPPPPP PPPPPPPP

Morada 1
RUAA RRRRR RRRRRRRR N1 1234-567 LOCALIDADE

NIF/ NIPC
123456789

Outro documento - tipo

Morada 2

BV/ NIC/ CC
9876543

Data Nascimento
1900-01-01

Nacionalidade
FET

Entidade

País

Número Conta 2 Tipo Conta 3 Subtipo Conta 4 Abertura 5 Encerramento 6 Relação 7 Início 8 Fim 9

00112233445566778899
Instrumental financeiro
Depósito bancário

Conta pagamento
Conta de Instrumento financeiro
Depósito à ordem

2014-07-10
2014-07-10
2014-07-10

Titular
Titular
Titular

2014-07-10
2014-07-10
2014-07-10

Informação comunicada pela instituição 9992 - BANCO BBBBB

Nome/Denominação Social
PPPPPP PPPPPP PPPPPPPP PPPPPPPP

Morada 1
RUAA RRRRR RRRRRRRR N1 1234-567 LOCALIDADE

NIF/ NIPC
123456789

Outro documento - tipo

Morada 2

BV/ NIC/ CC

Data Nascimento
1900-01-01

Nacionalidade
FET

Entidade

País

Número Conta
ABCDEF / 0123456789

Tipo Conta
Depósito bancário

Subtipo Conta
Depósito à ordem

Abertura
1992-01-09

Encerramento
2015-12-31

Relação
Titular

Início
2005-01-14

Fim
2015-12-31

A informação disponibilizada pelo Banco de Portugal, extraída da Base de Dados de Contas (BCB) no momento em que a consulta foi efetuada, é da exclusiva responsabilidade das entidades que a comunicaram, cabendo-lhes proceder à sua atualização ou verificação.

Os dados contidos na BCB encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar e acesso e utilização dos mesmos ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades especificamente previstas na lei.

Anexo III – Pagamentos por Conta e Pagamentos Adicionais por Conta

Nome da Empresa _____
Exercício de 2024

Cálculo do Pagamento por Conta (Art.105.º CIRC)

Elementos do exercício anterior:

Volume de Negócios _____
Valor da Colecta de IRC _____
Retenções na Fonte de IRC _____

1.ª Prestação - Julho	0,00 €
2.ª Prestação - Setembro	0,00 €
3.ª Prestação - Dezembro	0,00 €

Conta 241 - Pagamentos p/ conta _____
Diferença 0,00 €

Cálculo do Pagamento Adicional por Conta (Art.105.º-A CIRC)

Elementos do exercício anterior:

Lucro Tributável _____
Valor de incidência _____

1.ª Prestação - Julho	0,00 €
2.ª Prestação - Setembro	0,00 €
3.ª Prestação - Dezembro	0,00 €

Conta 241 - Pagamentos Adicionais p/ conta _____
Diferença 0,00 €

Conclusão:

Anexo IV – IRS

2 - IRS	data	comprovativo n.º	Natureza Rendimentos				Pagamento		teste	Trabalho Dependente			Pagamento		test	
			profissionais	prediais	outros	total	data	valor		data	comprovativo	valor	data	valor		
Janeiro						0,00			0,00							0,00
Fevereiro						0,00			0,00							0,00
Março						0,00			0,00							0,00
Abril						0,00			0,00							0,00
Maió						0,00			0,00							0,00
Junho						0,00			0,00							0,00
Julho						0,00			0,00							0,00
Agosto						0,00			0,00							0,00
Setembro						0,00			0,00							0,00
Outubro						0,00			0,00							0,00
Novembro						0,00			0,00							0,00
Dezembro						0,00			0,00							0,00

OBJECTIVO: Validação da A/C 242

MÉTODO: Recolha e Análise das declarações de IRS e verificação dos pagamentos respectivos.

Mês	Dependente	Empresarial	Predial	Outros	Total	Obs.
Janeiro	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Fevereiro	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Março	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Abril	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Maió	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Junho	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Julho	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Agosto	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Setembro	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Outubro	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Novembro	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Dezembro	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	
Total	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	

Valor em Dívida 31.12.2020 - IRS Trab.Dep. 0,00€

Valor em Dívida 31.12.2020 - IRS Trab.Indep. 0,00€

Valor em Dívida 31.12.2020 - IRS Outros 0,00€

0,00€

A/c 242

Diferença

0,00€

Anexo V – IVA

Mês	IVA Liquidado				IVA Dedutível				O.B.S.	Anexo	IVA Regularizações		IVA a Pagar	IVA a Reportar	Data Entrega Declaração	Data Pagamento / Reembolso	OBS Total (Reemb)	Reembolso Parcial (Colocar Valor)
	6%	13%	23%	Aq. Intracom.	18%	6%	13%	23%			A Favor Empresa	A Favor Estado						
Janeiro													0,00	0,00				
Fevereiro													0,00	0,00				
Março													0,00	0,00				
Abril													0,00	0,00				
Maió													0,00	0,00				
Junho													0,00	0,00				
Julho													0,00	0,00				
Agosto													0,00	0,00				
Setembro													0,00	0,00				
Outubro													0,00	0,00				
Novembro													0,00	0,00				
Dezembro													0,00	0,00				
TOTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00			
BASE TRIBUTÁVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00									
BASE TRIB. OP. ISENTAS	[X]	[Y]	[Z]		[1]	[2]	[3]	[4]	[5]									

Valor das Vendas a Dezembro	0,00	[X] + [Y] + [Z]
Aquisições Intra	0,00	
TOTAL [A]	0,00	
Total da A/C 71 (sujeita)		
Total da A/C 72 + 73 + 78		
Total da A/C 6942 + 7942		
SERVIÇOS AO ABRIGO DP Artº 3 5 Nº 13		Serviços c/ Inversão do IVA
Total da A/C 31 + 42 + 62 (intracom.)		
Total [B]	0,00	
DIFERENÇA [C] = [A] - [B]	0,00	Liquidado

Valor das Compras a Dezembro	0,00	[1] + ... + [5]
Total da A/C 31 - Existências		
Total Aquisições Imobilizado 42 + 43 + 44		
Total Rendas Leasing: 25		
SERVIÇOS AO ABRIGO DP Artº 3 5 Nº 13		Serviços c/ Inversão do IVA
Contas 27 + 64 + 68 + 69		
Conta 62		
DIFERENÇA NÃO JUSTIFICADA	0,00	Dedutivo

DESVIO ACEITE - 1% VENDAS 0,00

DESVIO ACEITE - 1% 31+42+43 0,00

Valor em dívida a 31 Dez
 Valor a receber a 31 Dez
 Contabilidade a/c 243
 Diferença 0,00

Anexo VI - TSU

4 - TSU

Mês	1 mês	regime					pagamento						
		11,00%	23,90%	29,60%	34,75%	31,25%	data pagamento	chq n.º	banco	extr. n.º	data	valor	obs
Janeiro	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Fevereiro	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Março	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Abril	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Maior	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Junho	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Julho	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Agosto	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Setembro	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Outubro	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Novembro	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Dezembro	Remuneração TSU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						0,00 €
Contabilidade													
Diferença		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						

Anexo VII – Circularização de Fornecedores

Papel Dinâmico: Circularização de Fornecedores_2024.12

Circularização de Fornecedores_2024.12 P3A.05

Data: 16-Mar-2025

MODELO: Circularização

Σ	TM	Recebido?	Ref.	Cta.	Saldo anterior	Saldo S./livros	Saldo confirmado	Partidas conciliadas	Valor Auditoria	% Conc.	Diferença cor	Opções de Conciliação
✓	✓	✓	P3A.05.6	22111000224	-191.687,970	-85.138,820	-85.138,820	0,000	-85.138,820	100,000		Utilidades
✓	✓	✓	P3A.05.10	22111000562	-38.696,090	-18.722,880	-18.722,880	0,000	-18.722,880	100,000		TICKMARKS
✓	✓	✓	P3A.05.12	22111000595	-19.458,030	-19.153,920	-19.153,920	0,000	-19.153,920	100,000		Definir proprietário (P9)
✓	✓	✓	P3A.05.13	22111000597	-9.968,620	-233.772,840	-233.772,840	0,000	-233.772,840	100,000		Edição em linha
✓	✓	✓	P3A.05.14	22111000837	-38.866,800	-16.887,480	-16.887,480	0,000	-16.887,480	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.15	22111000844	-43.897,700	-8.000,000	-8.000,000	0,000	-8.000,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.16	22111000851	0,000	-19.361,940	-19.361,940	0,000	-19.361,940	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.20	22111000985	-333.484,980	-261.894,800	-261.894,800	0,000	-261.894,800	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.26	22111001296	-18.518,380	-43.504,080	-43.504,080	0,000	-43.504,080	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.27	22111001430	0,000	-15.759,990	-15.759,990	0,000	-15.759,990	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.28	22111001474	-40.984,280	-62.725,220	-62.725,220	0,000	-62.725,220	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.32	22111001936	-165.895,000	-37.379,970	-47.010,600	9.630,630	-37.379,970	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.38	22111003258	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.48	22111005981	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.49	22111006388	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.63	22111007930	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.64	22111008146	0,000	-33.191,000	-33.191,000	0,000	-33.191,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.65	22111008187	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.66	22111008311	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.70	22111005059	-7.380,000	-7.380,000	-7.380,000	0,000	-7.380,000	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.5	22111000218	-452.187,840	-636.548,540	-632.848,540	-3.700,000	-636.548,540	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.18	22111000906	-146.633,370	-119.011,950	-195.665,290	76.653,340	-119.011,950	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.23	22111001123	-66.551,480	-7.760,610	-26.731,360	18.970,750	-7.760,610	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.24	22111001128	-3.622,480	-23.676,250	-31.799,940	8.123,690	-23.676,250	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.29	22111001481	-15.008,050	-80.773,930	-262.805,040	182.031,110	-80.773,930	100,000		
✓	✓	✓	P3A.05.41	22111004169	-7.824,800	-328.278,480	-352.006,780	23.728,300	-328.278,480	100,000		
70					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Para ver e utilizar mais colunas tipo dado ou fórmula no papel, abra o papel em modo edição e preencha o título da coluna dado ou fórmula correspondente para poder utilizar/visualizar

Resumo Conciliação | Extrato | Detalhe Partidas Conciliadas | Resposta de conciliação | Ficheiros Disco

Ver Circularização do Saldo Ver Circularização do Volume

8
TICKMARKS

Saldo Anterior	-146.633,370	1ª Pedido	25-Mar-2025
Saldo S./ livros	-119.011,950	2ª Pedido	
Saldo confirmado	-195.665,290	Data Resposta	28-Mar-2025
+ Partidas conciliadas	76.653,340	<input checked="" type="checkbox"/> Recebido	
		<input type="checkbox"/> Provas Alternativas?	
Valor Auditoria	-119.011,950	100.000 %	
Diferença	0,000		

Comentários: Saldo conciliado e volume concordante
Os itens de conciliação dizem respeito a:
- Pagamentos que não se encontram registados pelo fornecedor no montante de 76 653,34€

Cálculos complementares conciliação:

Documento Imagem anexo:

Maximizar

Anexo VIII – Apuramento CMVMC e Produtos e Trabalhos em Curso

Apuramento do CMVMC

	MP, MS, CONS.	Mercadorias	Total
Ei	1 463 396,84		1 463 396,84
Compras	1 834 330,93		1 834 330,93
Reg. Existencias			0,00
Ef	1 445 401,89		1 445 401,89
Cmvmc	1 852 325,88	0,00	1 852 325,88
saldo conta 61:	1 852 325,88		1 852 325,88
variação:	0,00	0,00	0,00

Cálculo do Valor dos Produtos e Trabalhos em Curso

	Prod Trab Curso	Prod Acabados	Total
Ef	1 954 656,67		1 954 656,67
Reg. Existencias			0,00
Ei	1 493 746,08		1 493 746,08
Variação Produção	460 910,59	0,00	460 910,59
saldo conta 73:	460 910,59		460 910,59
variação:	0,00	0,00	0,00

Conclusão:

Concordante

Anexo IX – Teste ao Processamento de Vencimentos

Nº	Observações				Remuneração									Isento		Total
	Titul.	Depend.	Defic.	Est. Civil	Ordenado Base	Rem. Complementar	Sub Natal	Sub Férias	Isenção de horário	Gratificações	Horas extra	Sub Refeição sujeito	Outros	Sub. Alim.	Outros	
4	2	2	Não	Casado	1 250,00					225,00				153,00		1 628,00
9	2	1	Não	Casado	1 800,00					750,00				178,50		2 728,50
20	2	2	Não	Casado	2 459,02				540,98					178,50		3 178,50
23	1	0	Não	Divorciado	900,00									178,50		1 078,50
24	2	0	Não	Casado	820,00									178,50		998,50
37	1	0	Não	Solteiro	1 350,00					50,00				178,50		1 578,50
41	1	0	Não	Solteiro	1 700,00									178,50		1 878,50
54	1	0	Não	Solteiro	1 150,00					125,00				161,50		1 436,50
61	1	0	Não	Solteiro	980,00					100,00				178,50		1 258,50
63	1	2	Não	Divorciado	1 050,00									178,50		1 228,50

Descontos						Total Deduções	Líquido	Valor recibo	Dif	WP	Observações
CGA/SS	ADSE	Desontos IRS	Taxa IRS	IRS	Descontos						
-137,50		0,00	0,0%	0,00	-153,00	-290,50	1 337,50	1 337,50	0,00	Ok	
-198,00		88,81	3,5%	-88,81	-178,50	-465,31	2 263,19	2 264,00	-0,81	Ok	
-330,00		154,50	5,2%	-154,50	-178,50	-663,00	2 515,50	2 516,00	-0,50	Ok	
-99,00		0,00	0,0%	0,00	-178,50	-277,50	801,00	801,00	0,00	Ok	
-90,20		0,00	0,0%	0,00	-266,80	-357,00	641,50	641,50	0,00	Ok	
-148,50		8,43	0,6%	-8,43	-178,50	-335,43	1 243,07	1 243,50	-0,43	Ok	
-187,00		19,68	1,2%	-19,68	-178,50	-385,18	1 493,32	1 494,00	-0,68	Ok	
-126,50		3,74	0,3%	-3,74	-161,50	-291,74	1 144,76	1 145,50	-0,74	Ok	
-107,80		0,00	0,0%	0,00	-178,50	-286,30	972,20	972,20	0,00	Ok	
-115,50		0,00	0,0%	0,00	-178,50	-294,00	934,50	934,50	0,00	Ok	

Anexo X – Teste Global ao Pessoal

Cálculo do erro permitido -1%		
População -A/D 63 desvio	1 032 646,94	(Remunerações Totais + Encargos)
	10 326,47	1%
Tipo de rendimento	Valor	
A - Rendimento do trabalho dependente	595 432,90	
A21 - Sub. refeição	55 473,00	
A3 - Sub. férias	43 598,44	
A4 - Sub. Natal	43 669,27	
resumo:		
Rendimento + Sub. Férias + Sub. Natal		682 700,61 €
Encargos		140 766,39 €
	Total:	823 467,00
	+ Prev. Férias/Sub. Férias 2024:	121 374,00
	- Prov. Férias/Sub. Férias 2023:	-45 639,00
	Gratificações Balanço 2024:	125 000,00
	Gratificações Balanço 2023:	-90 000,00
		110 735,00
Somatório dos custos (a) + (b):		934 202,00
Seguro Acidentes Trabalho		34 192,99 €
Subsidio de Refeição		55 473,00 €
Indemnizações		
Ajudas de custo		
Outros rendimentos não sujeitos		
Outros gastos com pessoal		2 778,10 €
Outros encargos sociais		5 363,84 €
Total da Estimativa:		1 032 009,93
	A/C 63	1 032 646,94
	Diferença:	-637,01

CONCLUSÃO:

Apurámos uma diferença de 637,01€, o que corresponde a uma variação de 0,1% face ao total de gastos com pessoal - passas imaterial

Estimativa	1 032 009,93
A/C 63 - 31.12.2024	1 032 646,94
Diferença	0,1% 637,01